



Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios DE SÃO PAULO

Ano X • Número 75



Municipalismo
em alta

**Dória cria
Secretaria de
Desenvolvimento
Regional**



Carlinhos Brown e APM
juntos em projeto social



APM faz
convênio
para
beneficiar
servidores
municipais



Brasil na fronteira
da ciência com o Sirius



O BRASIL COLOCOU A CASA EM ORDEM,
AJUSTOU A ECONOMIA E VOLTOU A
CRESER.

► A economia está estabilizada, a inflação caiu e o país está crescendo: cerca de 800 mil carteiras de trabalho foram assinadas até agora.



LEU

*por retomar
o crescimento!*

**"A gente agora pode produzir mais
porque a inflação tá controlada,
o povo voltou a comprar, os juros
baixaram e a gente tem crédito
pra produzir!"**

Guilherme Bezerra Perminio
Produtor Rural

- ▶ Milhões de brasileiros puderam sacar suas contas inativas do FGTS e antecipar o PIS/Pasep.
- ▶ As duas últimas safras foram as maiores da história do país, com produção de 237,7 milhões de toneladas em 2017 e 229 milhões de toneladas em 2018.

Para saber mais, acesse: brasil.gov.br/valeubrasil



Sumário

05 Editorial
Reflexão e Esperança

06 Perfil
General Mourão vice-presidente e
Rodrigo Garcia vice-governador

08 Giro Municipal

10 CBTIMAM leva aos gestores as
novidades em TI e meio ambiente

**17 APM faz convênio para servidores
municipais terem adiantamento salarial**

18 Matéria de Capa
Dória cria Secretaria de Desenvolvimento
Regional e fortalece municipalismo

22 Carlinhos Brown e APM vão levar
educação ambiental às crianças

24 Brasil inaugura o Sirius,
nova fronteira da ciência

**27 Coreanos revelam interesse em
investir no interior paulista**

28 Especial
Jardins de Chuva embelezam as
cidades e amortecem enchentes

33 Espaço CONSEG's
CONSEG's recebem mensagem do
comando da Secretaria de Segurança

**34 Uma velha ideia que virou
novidade: a irretroatividade**

36 Espaço CRA-SP
Cidadania 4.0

38 Espaço CPqD
Aplicações de Blockchain em
Cidades Inteligentes

40 Espaço IPT
Software para gestão da
arborização urbana: ARBIO

42 Espaço Mulheres em Destaque

43 Natal, democracia e paz

44 Municípios Aniversariantes
Dezembro-Janeiro

48 Dia-a-dia
A paranoia e o Natal

DF9G89BH9855DA

JMWDX2]tCYJYUfXY7uLdjLj%+U888Y%, 'U%, , t
%JMWDX6XtY.

& JMWDX6XtY : PMWFM ; IdbGMUbyC
DYZ]tCX7uLcogXY>cix-cf88% U888Y&88% U888%

' JMWDX6XtY, G@EG6CFD@00C
DYZ]tCX7uLcogXY>cix-cf88% +U888%

(, JMWDX6XtY, A5F@0B9A5F@0HOB
JYPUkfUXVAc[]A)ja 1%, - U888%

G9F94F-C; 9F5@

5BHB-C798F; CBH-C8956F
JYPUkfXY6UfYtgc%=&U%-*E

%GMWfjc; C9853HECA-C6F5
JYPUkfXY6UfYtgc%+&U%-*E

& GMWfjc; B4LOBF0R6B75FJ5@C
DYZ]tCX7uLcogXY>cix-cf88% U888%

' GMWfjc; 88B-985897AC5G5GBHOG
DYZ]tUXVAcHfjc@Muf88% U888Y&88% U888%

H0C1F9FC; 9F5@

>C9A-C6C8 NC
DYZ]tCX7uAYbQd, U1%, - U%-&Y%-+U888%

%Hgpfjfc'

& Hgpfjfc; A5F7CCEBHB-CDF9F586FC7<
DYZ]tCX7uYJMWDX2]tCX7uLc6objtcf88% U888Y&88% U888%

' Hgpfjfc; DE @G/F; C5@9G
JYPUkfXYJYUf7i n%+U888%

70B9@C: 67@

A5F7CCEBHB-C746B-B
DYZ]tCYJMWDX2]tCX7uLc6objtcf88% U888Y&88% U888%

OG5F; ONN-
DYZ]tCX7uHfa -t88% U888%

H-5 C89AOF59G; 9FFF-
JYPUkfXY7uLdjLj%+U888%

7CA-C6C89GB8-7AB7-5

>G@-INFO8F+19G
DYZ]tCX7u5dFVM@Uf88% U888%

>O/6B98+H890@J9F5
DYZ]tCX7u9gd]tclb]tC]b]nUf88% U888%

G-9 F9BC; F-6C

DYZ]tCYJMWDX2]tCX7uUf1%, - U%-&88% U888%

70B9@C70B9 @HC

DNgXtY.

JMWDX6XtY, K5@F75f9B-B
DYZ]tCX7uAc[]; iUi 1%+U%, &%-, - U%-&%+U888#88% U888Y&88% U888%

GMWfjc; A5F7C9FB89-NM5@-N
DYZ]tCX7u5HobE-1@f88% U888%

70B9@C89@6F4H-C

DNgXtY, SEI 94FEI 95BH0-CB<0@6
JMWDX2]tCYJYUfXYGc>c-cXU6cU]jtUf%-'U%-*#%, 'U%-&Y&88% U888%

JMWDX6XtY, A+I 92EBH0-CG@5DB@5
JYPUkfXY7uLdjLj%, 'U%, , t

GMWfjc; @-NC1 HCA5B1 F9F5
JMWDX2]tCX7uHf1%, , U%-&

F9@LE9GD 6@95G

8ujU7nfjZ-YtfjDUgUGjU

Reflexão e Esperança

No final do ano é comum e recomendável que façamos uma profunda reflexão das atividades e dos acontecimentos ocorridos, com o objetivo de nos prepararmos para os desafios futuros.

Nesse sentido, tivemos um ano rico em atividades representativas, desde nossa participação na XXI Marcha dos Prefeitos a Brasília, promovida pela CNM, como nosso 62º

Congresso Estadual de Municípios e o CBTIM, Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios que, neste ano, incorporamos também o tema do Meio Ambiente.

Cumprimos uma extensa Pauta em defesa de matérias caras ao municipalismo que tramitavam no Congresso Nacional, além de participarmos de constantes articulações junto ao executivo federal, mais precisamente junto ao Presidente Temer, em cujo Gabinete de Trabalho estivemos por sete vezes durante o ano, e a quem prestamos justa homenagem por reconhecermos ter sido o Presidente que mais e melhor atendeu as reivindicações do Municipalismo. No campo político estivemos cada qual em seu reduto, trabalhando por nossas convicções e ideais, lutando por nossas convicções, e ao final, nos quedamos diante do resultado, obedientes e submissos à vontade majoritária.

Ao olharmos para frente, vislumbrando o ano novo que se aproxima, enxergamos a nos desafiar, os PROJETOS que pretendemos desenvolver, ampliando



Carlos Cruz
Presidente da APM

os benefícios aos nossos associados. Realizaremos o nosso 63º Congresso Estadual de Municípios em Campos do Jordão, entre os dias 14 a 17 de maio, onde e quando pretendemos, honrando nossa tradição, promover amplo debate, troca de experiências e informações, além de articulações políticas, e também atrairando para esse ambiente, investidores interessados em se instalarem em municípios do Estado de São Paulo. Estamos realizando 'CONVÊNIOS', noticiados nesta Edição, com o único objetivo de disponibilizar serviços que possam proporcionar melhorias em suas gestões.

Juntamos as experiências vividas durante este ano difícil e trabalhoso com os projetos cuidadosamente elaborados para o ano vindouro, e deste amálgama surge o sentimento mais nobre e valioso do ser humano: a ESPERANÇA, sem a qual nada faz sentido nem vale a pena.

Desejamos a você uma boa leitura, e que seu NATAL seja de paz, harmonia e felicidade em sua família, e que você alcance seus sonhos e materialize suas ESPERANÇAS.



General Mourão, futuro vice-presidente da República

Com a mesma facilidade com que praticava salto de paraquedismo, salto livre ou guerra na selva, o vice-presidente eleito da República, general Hamilton Mourão faz declarações que causam impacto no mundo político, embora seja o seu jeito natural. Esta é, aliás, uma característica em sua vida, que acabou marcando sua postura dentro das Forças Armadas, onde se destacou chegando ao posto máximo em tempos de paz, general de exército.

Antônio Hamilton Martins Mourão, 65 anos, é gaúcho de Porto Alegre e acabou escolhido para candidato a vice do presidente Jair Bolsonaro, na coligação partidária. Filiado ao PRTB, durante a carreira militar, foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras, cumpriu Missão de Paz em Angola e foi adido militar na Embaixada do Brasil na Venezuela.

Durante a carreira militar, há anos o general Mourão apresentava posições que desagradavam setores da política. Foi afastado do Comando Militar do Sul pelo Exército Brasileiro e colocado numa função burocrática, sem comando de tropa.

Depois, em 2015, fez críticas ao governo da presidente Dilma e declarou, durante uma palestra em

Porto Alegre, que era preciso um "despertar para a luta patriótica" como saída para crise política do país.

Seu último cargo foi o de Secretário de Economia e Finanças do Exército. Em fevereiro de 2018 foi oficializada sua aposentadoria em cerimônia de despedida do Exército como general da reserva.

No governo Bolsonaro deve ocupar a função do cargo, reservando-se à expectativa de assumir nas ausências legais do titular da Presidência da República, além de ser um interlocutor qualificado do presidente.

Rodrigo Garcia, futuro vice-governador do Estado

Sempre calmo, sorriso comedido e com uma larga experiência na gestão e na política. Este é o perfil do novo secretário de Governo de São Paulo, Rodrigo Garcia, vice-governador eleito e a quem caberá tocar a máquina do Estado e pelo qual passam todos os projetos do Executivo. Mas sua missão será mais ampla: caberá a ele a tarefa de enxugar a máquina pública, focando em serviços e dar um novo desenho institucional à gestão.

A escolha de Rodrigo Garcia tem bons motivos. Ele é um dos principais líderes do DEM, pelo qual foi eleito deputado estadual aos 24 anos, chegando a presidente da Assembleia Legislativa com apenas 30 anos de idade. Depois, foi eleito deputado federal e agora

vice-governador paulista.

Nascido em Tanabi, interior paulista, com dois anos sua família mudou para São José do Rio Preto. Com 16 anos abriu uma empresa e aos 18 ingressou na Faculdade de Direito. Aos 20 anos, filiou-se ao PFL, hoje Democratas e passou a fazer parte do Fórum de Jovens Empresários da Associação

Comercial.

O gosto pela política vem desde cedo. Conciliador, mostrou que também na área administrativa tinha muito a contribuir como gestor. Rodrigo Garcia se destacou e abriu um amplo espaço. Aos 21 anos foi nomeado secretário-adjunto da Agricultura do Governo de São Paulo. Foi também secretário municipal em São Paulo e três vezes secretário estadual em várias áreas. Como secretário estadual da Habitação, bateu o recorde em moradias entregues, com 130.728 unidades. "Para se ter uma ideia da importância desse número, pelo menos 60% das cidades paulistas não têm tantas casas assim", lembra um analista político. Rodrigo conseguiu, ainda, implementar a primeira Parceria Público Privada (PPP) de área de habitação do país.



Uma boa notícia para animar prefeitos e gestores públicos paulistas: o governador eleito João Doria criou uma Secretaria voltada aos assuntos dos municípios. É algo como a antiga Secretaria do Interior, que fazia o encaminhamento das demandas municipais. A grande diferença, agora, é que o desenho do novo órgão prevê a utilização de tecnologia moderna, como a internet, tanto para reivindicações como para acompanhamento das necessidades. A proposta é ousada e necessária e contará certamente com o apoio das lideranças municipais paulistas. Na prática, trata-se de uma maneira de implementar a proposta de discussão do pacto federativo, pelo governo federal. Aguardamos pelos resultados no dia a dia das cidades.

Presidente Alves

Lotes regularizados

A prefeitura entregou 80 títulos de propriedade dos lotes do Núcleo Habitacional Osvaldo Soares de Oliveira aos seus moradores. O prefeito Valdeir dos Reis também assinou termo aditivo para regularizar e entregar mais 400 lotes em São Luiz do Guaricanga. Como parte do Programa de regularização fundiária, junto ao ITESP vinculada à Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania, Presidente Alves já havia entregue outros 45 lotes no Jd. Junqueira Meirelles II.

São Vicente

Inclusão e solidariedade

Com apoio da Prefeitura, a Praia do Gonzaguinha recebeu o projeto Família Capitão do Mar, trazendo a inclusão e a solidariedade pela prática de atividades aquáticas a pessoas com deficiência e idosos. O evento contou com a presença de entidades locais. Os participantes levaram um quilo de alimento não perecível para atender ao Fundo Social de São Vicente. O projeto é gratuito, aos finais de semana, e oferece canoagem, hidroginástica e natação.

Araçatuba

Pavimentação de avenida

Foi assinada a ordem de serviço para início das obras de pavimentação da Avenida Juscelino Kubitschek, em toda a sua extensão, da rua Meradio Frazatti fazendo a ligação da Via Nametala Rezek à Rodovia SP 463, além de outras ruas dos bairros Água Branca e Vista Verde. O investimento foi de R\$ 3,1 milhões, sendo R\$ 2,6 do Desenvolve SP e R\$ 500 mil de recursos municipais. O contrato contempla pavimentação, guias, sarjetas e sinalização.

Taubaté

Curso Super MEI Gestão

Um total de 240 alunos das Escolas do Trabalho de Taubaté iniciaram o curso Super MEI Gestão, que tem por objetivo abordar temas relacionados a administração de pequenos negócios. Durante 5 dias os participantes que estão empreendendo ou que desejam abrir um negócio conhecem as técnicas. O projeto é uma nova modalidade do programa do Sebrae-SP voltado para Microempreendedores Individuais (MEIs) e potenciais empresários e o desenvolvimento sustentável dos negócios.

Ilha Solteira

Arte na biblioteca

Projeto Manhã Literária encerra ano com 10 edições e cerca de 1000 expectadores que prestigiaram 3 diferentes apresentações da contação de histórias. A criançada é o maior público envolvido na ação realizada pelo Uniarte, projeto de formação cultural patrocinado pela CTG Brasil - companhia chinesa que opera a hidrelétrica Ilha Solteira. Em parceria com a Prefeitura, o objetivo é promover programação cultural dentro da Biblioteca Municipal Assis Chateaubriand.

Atibaia

Escrituras

A Prefeitura de Atibaia assinou 168 escrituras de doação de apartamentos do Conjunto Residencial Caetetuba II, no Caetetub, para famílias que estavam em área de risco. Com realização da Secretaria de Habitação de Interesse Social e apoio do 1º Cartório de Atibaia, a previsão de entrega do documento aos proprietários é no fim de 2018. O recurso é do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social em parceria com o Município e o Ministério das Cidades.

São Bernardo do Campo

17ª Praça-Parque

Mais um local sem uso e com entulho se transformou em uma nova opção de lazer e prática de exercícios para a população da cidade. A Prefeitura revitalizou espaços próprios e entregou a 17ª Praça-Parque, na Avenida Pedro Mendes, Parque Selecta. O município investiu R\$ 250 mil na construção da praça, a Fratta Construtora fez a doação do gradil e a SBCTrans doou playground e equipamentos. A comunidade aderiu ao programa e ajuda a conservar os locais.



Barretos

Proteção animal

O prefeito Guilherme Ávila e secretários visitaram as instalações da nova sede da Associação Amigos Barretenses dos Animais e anunciou o aumento da verba para R\$ 100 mil, que era de R\$ 22 mil. O recurso contribui para garantir o cuidado com os mais de 250 animais, a castração e a realização de feiras para adoção. O espaço tem centro veterinário e alojamentos adequados aos tamanhos dos bichos.

Leme

Saúde: mais uma UBS

A Prefeitura iniciou a construção da UBS no Jd. Imperial que contará com salas de vacinas, esterilização, inalação, curativos, consultório odontológico e 04 médicos e administração, ao valor de R\$ 709 mil. “A região necessitava de uma UBS dada a demanda local. Até 2020 serão 3 regiões com UBS’s: Jd. Imperial, Vila São João e o Jd. Empyreo. A unidade do Jd. Saulo teve as obras retomadas e deve ser inaugurada em breve”, afirma o prefeito Wagner Ricardo Antunes Filho.

Jaguariúna

Educação dá boa avaliação

Jaguariúna, mais uma vez, recebeu a melhor avaliação na qualidade do ensino da Região Metropolitana de Campinas (RMC), segundo o Indsat, índice que avalia, a cada três meses, a satisfação dos cidadãos sobre os serviços públicos municipais. O prefeito Gustavo Reis disse que a educação do município se destaca também nas avaliações do MEC, que considera os índices do IDEB, indicando a cidade como a que tem o melhor ensino da RMC e a quarta melhor do estado.

Icém

Recapeamento

A Prefeitura concluiu a primeira etapa do recapeamento que começou pelas Vilas Irmãos Terruggi, Jerônimo Machado e Alfredo Vicente de Moraes. A meta agora é dar sequência na segunda fase de recuperação da malha asfáltica. “Através de mais um esforço contínuo do Governo Municipal, Icém recebeu asfalto de ótima qualidade garantindo a segurança dos pedestres e veículos”, afirma o diretor de Obras e Urbanismo, Marcos Antônio de Oliveira.

Águas de Lindóia

Obras na festa dos 80 anos

Em comemoração aos 80 anos da emancipação do município, a Prefeitura entregou a Ponte do Córrego do Barreiro e a Creche Escola Paulino Formágio e reformou o Ginásio de Esportes Ayrton Brasil Gusson Damaso. A nova ponte facilitará o escoamento da agricultura familiar. Custou R\$ 184 mil com recurso de emenda parlamentar. A creche teve investimento estadual de R\$ 1,5 milhão do Fundo de Desenvolvimento da Educação e R\$ 152 mil da prefeitura para móveis e equipamentos.

Brodowski

Ouvidoria pela internet

A prefeitura aderiu ao “e-Ouv Municípios”, um sistema do governo federal para gestão no trabalho da Ouvidoria Pública. A ferramenta virtual vai receber e tratar manifestações dos cidadãos, garantindo mais transparência e rapidez. A Ouvidoria é um espaço para se apresentar sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias, uma ponte com a Administração e outros órgãos públicos.

Ituverava

Obras em duas avenidas

As obras nas Av. Orestes Quérnia e Salvador Cordaro Cruz estão recebendo asfalto e recapeamento, incluindo a rotatória de ligação, com paisagismo e construção de canteiros. A prefeita Adriana Quirze Jacob Lima Machado acompanhou uma das etapas. “Sabemos o quanto essa obra é importante e muito aguardada pela população, pois além de melhorar a mobilidade vai trazer muitos benefícios”, disse. O total de recursos por convênio estadual é de R\$ 2,3 milhões.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br

CBTIMAM leva aos gestores as novidades em TI e meio ambiente

Por Flávio Lamas

O XV Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação e Meio Ambiente Municipal (CBTIMAM), realizado de 21 a 23 de novembro, em São Paulo, alcançou o objetivo de levar aos prefeitos e gestores municipais as últimas novidades em tecnologia da informação e discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade, além de apresentar a pauta municipalista do Congresso para a próxima legislatura.

A avaliação é do presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Carlos Cruz, que recebeu autoridades dos ministérios da Ciência e Tecnologia, Cidades e do Meio Ambiente, além de lideranças municipalistas. Ao saudar palestrantes, convidados e participantes, Cruz lembrou que o CBTIM foi criado no ano 2000, quando era presidente da entidade o atual ministro Gilberto Kassab, para mostrar aos gestores municipais as ferramentas de mercado. “Agora estamos no 15º CBTIMAM e vamos tratar de variados temas, inclusive sobre a importância do satélite remoto, que cobre 100% do território nacional, com monitoramento das fronteiras e divisas, mas tem como subproduto a cobertura de todo o país com o programa Internet Para Todos”. E acrescentou: “Neste con-



gresso o evento ganhou nova dimensão com a parceria com a Waste Expo Brasil, que discutiu assuntos de grande relevância para as cidades, como resíduos sólidos e meio ambiente”.

A política também fez parte do evento, com a apresentação da pauta municipalista que será tema de debates no Congresso em 2019. “São assuntos fundamentais que através da Confederação Nacional dos Municípios trazemos para os prefeitos e gestores verem e acompanharem as demandas”, disse ele. “Temos consciência do momento que estamos passando, e agora temos a perspectiva da construção de novos horizontes para nossos estados e municípios. Ano que vem é o último ano de ges-

tão dos prefeitos, porque o ano seguinte já entra no processo eleitoral”, disse.

Meio Ambiente e Cidades Inteligentes

Também na abertura oficial falou o presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Leonardo Euler de Moraes, que ressaltou os avanços das telecomunicações. “Neste congresso coexistem perfeitamente os objetivos de meio ambiente e cidades inteligentes”, disse, ao salientar que são necessárias medidas institucionais da Anatel para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras. Segundo ele, “essa questão da agen-



da digital de uma proposta de cidade inteligente exige conectividade e é preciso ter infraestrutura de suporte de telecomunicações. Não só qualidade do serviço, mas também inclusão digital". Em seguida, fez um alerta aos prefeitos. "Trago esta mensagem: os municípios tem responsabilidade, porque muitas vezes são eles que vão catalisar o processo de licenciamento de comunicações e a Anatel está aqui para conversar com os prefeitos sobre a importância disso".

Waste Brasil e CBTM

O parceiro da APM neste Congresso, o diretor da Waste Brasil, Jesus Norberto Gomes elogiou a junção dos dois eventos em um único: "A união dos eventos da APM com a Waste Brasil é este resultado que estamos vendo aqui, com ministérios do Governo Federal aqui representados, além de associações e gestores municipais, para mostrar tendências, os desafios da política nacional de resíduos sólidos". Acentuou que "a política nacional de resíduos sólidos infelizmente está andando de lado desde que foi promulgada e no meu entender por três motivos principais: a ausência de um mecanismo para custear a gestão e a limpeza pública, que auxilie os prefeitos municipais, a falta de incentivos fiscais e tributários para os empresários e o terceiro moti-

vo a falta de conscientização da população".

Jesus Norberto Gomes disse que no Brasil, 80% da população afirma que é importante reciclar, mas na prática, 3% do produto gerado é reciclado. "A falta de conscientização vem daqueles que entendem que a lixo descartado de forma inadequada não vai afetar o meio ambiente, mas também vem aqueles que acham que o lixo não tem valor nenhum e pode ser descartado em qualquer lugar".

Informações do Banco Mundial mostram que em 2016, U\$ 285 bilhões foram investidos na reciclagem de resíduos sólidos no mundo. E até 2022, U\$ 435 bilhões deverão ser investidos no setor. O presidente da Waste Expo Brasil disse que o Brasil estima que nesse mercado não são investidos mais que U\$ 3 bilhões. E lembrou do exemplo da Alemanha. "Na Alemanha, país onde há conscientização, hoje mantém 270 mil empregos diretos e 11 mil empresas. As taxas são absurdas. Lá, chegam a reciclar até 90% do que gera de resíduos".

"No entanto, disse, o Brasil persiste na busca de soluções e este evento contribui de maneira efetiva para o crescimento da indústria, com a apresentação de sistema, equipamentos e tecnologias mais adequados para todas as regiões do país".

Problemas municipais

O prefeito Bil Vieira de Souza, de Nova Odessa, presidente do Consórcio Piracicaba, Capivari e Jaguari e da RMC, também discursou, lembrando problemas comuns para centenas de municípios: "Temos o grande problema dos lixões, o resíduo sólido. E também a preservação da segurança hídrica, além da questão do material plástico e garrafas pet. O que precisamos para que o Brasil possa avançar são esses encontros, onde empresários possam oferecer tecnologia aos municípios".



*Jesus Norberto Gomes,
diretor da Waste Brasil*



*José Sarney Filho,
ex-ministro do Meio Ambiente*

Momento delicado

O ex-ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, disse que estamos vivendo um momento muito delicado na questão ambiental global. "Hoje já não se discute mais as consequências do aquecimento global. Já se discute como vamos nos adaptar a essas mudanças". E completou: "Temos visto no Brasil que a crise hídrica está se acentuando. O período de seca, principalmente no Nordeste, está cada vez mais prolongada. Acabamos de sair da seca mais longa do Nordeste, atingindo também São Paulo e Brasília. Não dá para negligenciar a questão ambiental como um total".

Para o ex-ministro, "muita gente pensa que a água nasce no reservatórios e vai para as casas. É uma questão fundamental. Tem tudo a ver com a agenda marrom, das cidades, da poluição. Então, tratar do lixo, da tecnologia, para respeitar os direitos difusos da sociedade, daqueles que não nasceram ainda. A responsabilidade das prefeituras é muito grande. Sabemos que muitas prefeituras não tem a menor condição, principalmente aquelas que dependem do Fundo de Participação dos Municípios, não tem a menor condição. A legislação demorou 20 anos em discussão na Câmara e já nasceu antiga".



Para ele, negar o aquecimento global, como vem fazendo futuras autoridades do próximo governo, é uma temeridade. “Os gestores municipais sabem a importância de ter um posicionamento e tenho lido com preocupação declarações de alguns ministros escolhidos para o próximo governo. Tenho visto negar que existe aquecimento global. Querer negar isso é negar providências necessárias e urgentes. Desmatamento da Amazônia era desenfreado há dois anos atrás. O que significa isso? Amazônia não é só um choque de gases e efeito estufa. Ela é uma espécie de ar condicionado. Ajuda a diminuir o aquecimento global. Ela também é produtora de água, mantida pela floresta. Ela é responsável pelo regime de chuva no centro oeste e no Continente”.

ONU e lixo urbano

O oficial sênior internacional da Organização das Nações Unidas – Habitat, Alain Grimard, foi outro palestrante muito esperado. Ele comentou sobre o panorama na América Latina e concentrou seu discurso no Brasil. “A Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública mostra que em 2017 o país recolheu 12,9 milhões de toneladas de lixo urbano. Desses, apenas 59% foram

Monteiro Lobato no Pacto Global pelo Clima

O ICLEI, principal associação mundial de governos locais e subnacionais dedicados ao desenvolvimento sustentável também esteve no CBTIMAM: a Prefeitura de Monteiro Lobato assinou termo de cooperação com o ICLEI para garantir apoio e orientações para promover ações locais diante do fenômeno climático e para estar presente nas discussões internacionais de sustentabilidade.



A prefeita Daniela Brito pretende que sua cidade faça parte do Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e energia e desenvolver ações que visem localizar e implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para isso, a cidade terá acesso a treinamento e apoio técnico do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade e seus parceiros.

dispostos em aterros sanitários”.

Os mais recentes resultados apresentados pelo IBGE dão conta que apenas pouco mais da metade dos municípios brasileiros possuem um plano integrado de resíduos sólidos. Dos 5.500 municípios, apenas 3.900 possuem alguma iniciativa de coleta seletiva. Alain Grimard disse que, por isso esse congresso é importante para melhorar essa situação: “A ONU está aqui para apoiá-los e encorajá-los em objetivos e metas na solução integrada dos resíduos sólidos”.

Sustentabilidade fundamental

Já o secretário nacional de Saneamento Ambiental, Adailton Trindade, do Ministério das Cidades, disse que a sustentabilidade é fundamental: “Este é um dos temas que mais preocupam, não só aos prefeitos, mas a toda a comunidade. É um desafio e os municípios precisam criar um mecanismo, embora muito difícil. É preciso criar este ambiente para abrir investimentos. Não é a tecnologia, mas como pagar para ter a solução. De realmente dar a sustentabilidade fundamental”.

Banco do Brasil e Telebras fazem apresentações

Os dois patrocinadores do evento, Telebras e Banco do Brasil, mostraram seu trabalho e produtos de interesse dos gestores públicos. O gerente de Relacionamento do BB, Adilson Magalhães, apresentou vários tipos de investimentos, como as opções destinadas exclusivamente aos Regimes Próprios de Previdência Social e aos Fundos de Pensão, seguros de automóveis, de patrimônio, pessoal, além de solução para consulta e pagamento de tributos e taxas por meio



Adilson Magalhães, gerente de Relacionamentos do BB

de transação online, integrada com o ente público gestor dos tributos.

Já a Telebras também fez uma exposição sobre o programa “Internet Para Todos”. O gerente de Relacionamento com Operadoras e Parceiros, Hélcio Vieira Junior, explicou que a previsão é de 50 mil localidades beneficiadas em todo o país. “A Telebras – disse ele – pode prover conexão para as localidades onde não houver empresa interessada e nesse caso atuará com provedores locais”.



Hélcio Vieira Jr., gerente de Relacionamentos

Presidente Temer recebe homenagem da APM

O presidente da Associação Paulista de Municípios, Carlos Cruz, homenageou o presidente da República, Michel Temer, com a entrega de um troféu, no Palácio do Planalto, em nome dos prefeitos paulistas. O presidente Temer tinha confirmado presença no CBTIMAM, mas compromissos de última hora o impediram de comparecer ao evento, em São Paulo. Na foto, o presidente Cruz, presidente Temer e o assessor especial da Presidência, Marcelo Barbieri, ex-vice-presidente da APM.



dade econômica e esta é a agenda do Ministério, para criar e desenvolver mecanismos para o sistema ser sustentável". Ele disse esperar que os poucos recursos sejam direcionados para os municípios que não tenham como aplicar verbas, além de outras ações, "porque é importante criar um capítulo especial para a questão dos resíduos".

Mudança de padrão

O último a discursar foi o secretário Nacional de Recursos Hídricos, Jânio de Lima Jr. "Devemos consider-

rar extremamente necessárias mudanças nos padrões atuais de condução e de consumo, pautados na cultura do descarte e desperdício, para que o setor produtivo procure produtos mais duradouros".

Ele disse que o Ministério do Meio Ambiente vem fortalecendo suas ações, nas etapas que levem ao descarte ambiental para evitar impactos negativos. "Procuramos fortalecer o entendimento e fomentando práticas que considerem a economia circular em detrimento de uma abordagem linear do processo

de gestão dos resíduos sólidos, culminando na disposição final em aterros sanitários". E explicou que "a economia circular introduz o paradigma da retroalimentação dos processos, de modo que em cada etapa é possível a geração de produtos e subprodutos que ao invés de serem destinados a disposição final, possam ser utilizados como matéria-prima para novos processos produtivos".

Três dias

Durante três dias, o CBTIMAM apresentou palestras e painéis, inclu-



sive um vídeo em que o agitador ambiental e cantor Carlinhos Brown se dirigiu aos prefeitos para difusão ambiental infantil no âmbito municipal. Veja reportagem na páginas 22 e 23 desta edição.

Temas técnicos foram debatidos e soluções técnicas apresentadas pelos expositores.

A Informática de Municípios Associados (IMA) integrou o Painel “Cidades Inteligentes, Governos Sustentáveis”, através de uma apresentação institucional ministrada pelo gerente de Novos Negócios da empresa, Eduardo Cruz. Os participantes do congresso tiveram a oportunidade de conhecer a história da IMA e sua atuação junto à Prefeitura de Campinas. No Painel, também foram apresentados os principais produtos da empresa e as perspectivas de inserir o trabalho desenvolvido pela IMA no contexto das oportunidades geradas no ambiente de Cidades Inteligentes e Internet das Coisas na Gestão Pública.

A participação da empresa de informática tem o objetivo de ampliar a relação comercial da IMA com outros municípios, conforme programa desenvolvido desde o início da gestão do presidente Fernando Garnero.

Também participaram do Painel o secretário de Estado da Cultura, Romildo Campello, e o representante do CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações), Vinícius Garcia de Oliveira.



Eduardo Cruz, gerente de Novos Negócios da IMA



CNM: pauta municipalista para próxima legislatura do Congresso

O Congresso Nacional vai encontrar em 2019 uma extensa pauta municipalista, com as demandas em andamento e que precisarão contar com o apoio dos deputados e senadores. O consultor da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Eduardo Stranz, apresentou cada uma das propostas em tramitação e explicou os estágios em que se encontram. “Precisamos contar com o apoio dos parlamentares para que estas legislações venham a beneficiar os municípios”, disse ele.

A seguir, cada uma das demandas dos municípios e o estágio em que se encontram.

● PEC do 1%

PEC 391/2017 (PEC 29/2017), do senador Raimundo Lira (MDB-PB), que “altera o art. 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela união ao FPM. Aumento de 1% no FPM a ser entregue no mês de setembro.”

Tramitação: Instalada Comissão Especial em 20/11 após mobilização municipalista. O colegiado será presidido pelo deputado Covatti Filho e terá o deputado Herculano Passos como primeiro vice-presidente e o deputado Júlio César

como relator.

Próximos passos: o prazo para apresentação do relatório no Plenário da Câmara será de 40 sessões contadas a partir do dia 9 de novembro. Porém nesse momento não se pode apreciar a PEC devido à intervenção federal no RJ. Presidente da comissão sugeriu a suspensão da intervenção para votação da PEC do 1%.

● 1% FPM / setembro

Caso a PEC seja aprovada ainda neste ano:

- Total Brasil: Serão 0,25% a mais nos anos de 2019 e 2020 e 0,5% a mais em 2021, totalizando 1% somente em 2022.

- A proposta eleva as transferências aos Municípios via FPM em R\$ 1,1 bilhão, R\$ 1,2 bilhão, R\$ 2,6 bilhões e R\$ 5,6 bilhões, respectivamente em 2019, 2020, 2021 e 2022.

● Congelamento do FPM

Aprovado no plenário o PLP 549/2018 (dep. Artur Lira)

- Mantém os coeficientes de distribuição do FPM utilizados no exercício de 2018 até que sejam atualizados com base em novo censo demográfico, previsto para 2020.

- Caso seja aprovada ela benefi-

ciará os 135 Municípios que perderão coeficiente em 2019. A ação da entidade se deu após a divulgação da estimativa populacional pelo IBGE.

● Licitação

PL 6814/2017, da Comissão de Licitação, que “institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.”

- Preços de dispensa de licitação: de R\$ 8 mil para R\$ 50 mil no caso de compras ou serviços; e,

- Para obras de engenharia, de R\$ 15 mil para R\$ 100 mil.

- União, Estados e Municípios deverão elaborar plano de contratações anual para racionalizar o processo e subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.

Tramitação: Matéria aguarda deliberação na Comissão Especial.

Ação: levar a matéria através de Requerimento de Urgência ao Plenário. Solicitar aos líderes partidários que assinem o Requerimento.

● Lei Kandir

PLP 511/2018, da Comissão Especial, que “Dispõe sobre a compensação financeira devida pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em função da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens e da concessão de crédito nas operações anteriores, conforme art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

Tramitação: Aguardando apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Ação: Articular a inclusão da matéria em Ordem do Dia, junto ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ)

- Relatório da CME sobre a Lei

Kandir, apresentado pelo Senador Wellington Fagundes (PR/MT), no dia 03.05.18, fixa uma compensação aos Estados (75%) e Municípios (25%) no valor de R\$ 39 bilhões/ano, corrigidos pelo IPCA.

- A entrega ocorrerá observando a transição em dois anos, sendo R\$ 19,5 bilhões em 2019 e R\$ 29,25 bilhões em 2020 e os 39 bilhões nos anos subsequentes.

- Estima-se que no período de 1996 a 2016 os repasses efetuados cobriram 17,8% das perdas incorridas.

- Dados do Comsefaz apontam perdas para Estados e Municípios no período, que chegam ao montante de R\$ 548,7 bilhões.

Previsão de Ganhos - Lei Kandir

2019 – R\$ 19.500.000,00

2020 – R\$ 29.250.000,00

2021 – R\$ 39.000.000,00

● PLP 461/2017

Lei das Acessórias

- Define as obrigações acessórias que os novos contribuintes terão que atender para a plena execução do que define a LC 157/2016 – O novo ISS.

- Resolve o problema da liminar no STF.

- Na pauta do Plenário na Câmara dos Deputados.

● Legitimação ADI/ADC

PEC 253/2016 (PEC 29/2017), do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que “Altera o art. 103 da Constituição Federal para permitir que entidade de representação de Municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.”

Tramitação: Parecer aprovado na Comissão Especial em 08/08/2018. Pronto para deliberação no Plenário da Câmara dos Deputados.

● PEC 61/2015

Emendas ao PLOA | SF

PEC 61/2015 (senadora Gleisi

Hoffmann PT-PR) “Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).”

Tramitação: Pronto para deliberação no Plenário do Senado com parecer favorável da Sen. Marta Suplicy (MDB/SP).

● Emendas ao PLOA

Posição da CNM:

- Favorável à proposta de EC por abreviar o caminho do recebimento de repasses das Emendas Parlamentares individuais ao PLOA mediante transferências diretas aos Municípios indicados, sem a necessidade da celebração de convênios ou instrumento congêneres. Originalmente o projeto previa o repasse ao FPE e ao FPM, mas com a nova construção o texto indica o repasse direto em uma nova conta.

● Resíduos Sólidos

PL 2289/2015: prorroga o prazo para planos municipais de resíduos e o prazo para disposição final em aterros sanitários. A prorrogação escalonada é mais justa e minimiza os impactos ambientais. Ou seja, Municípios até 50 mil habitantes terão mais prazo, até 2023 para se adequar à lei.

Tramitação: Aguardando criação de Comissão Temporária.

Ação: Pressionar para aprovação o requerimento de urgência nº 2.524/2015 para levar a matéria direto ao Plenário.

O prazo para o cumprimento encerrou-se em 2014. A maioria dos Municípios brasileiros estão sendo penalizados com multas de até R\$ 50 milhões, crime de improbidade administrativa, ação civil pública e crime ambiental.

MP 844/2018: Atualiza o marco

legal do saneamento básico. Relatório foi aprovado e tornou-se PLV 28/2018. Consta proposta de prorrogação de prazos de forma similar ao PL 2289/2015, porém com condicionantes para a prorrogação.

Tramitação: Aprovada no Plenário na Câmara e segue para o Senado.

Ação: Pressionar para aprovação, porém com cautela pois contém artigos que podem prejudicar Municípios.

• A CNM conseguiu inserir a prorrogação de prazos de resíduos sólidos no PLV 28/2018, mas a votação deverá ser rigorosa, pois o projeto necessita aperfeiçoamento.

● Consórcios-CAUC|CD

PL 2542/2015 (senador Pedro Taques PDT-MT), “Acrecenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para limitar as exigências legais de regularidade, quando da celebração de convênios com a União, ao próprio consórcio público envolvido, sem estendê-las aos entes federativos nele consorciados.”

Tramitação: Pronta para Pauta no plenário (PLEN) com pareceres favoráveis de todas as Comissões.

• Objetiva explicitar a regra de que as exigências de regularidade fiscal, previdenciária e de outras naturezas para fins de celebração de convênios com consórcios públicos que se farão em relação ao próprio consórcio, sem impor tais exigências aos Entes Municipais que os constituírem.

● Consórcios-CLT|CD

PL 2543/2015 (senador Pedro Taques PDT-MT), “Altera o § 2º do art. 6º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para estabelecer que, no consórcio público com personalidade jurídica de direito público, o pessoal será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).”

Tramitação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN) com Urgência.

• Visa a adequar e melhorar a redação dada pela Lei que instituiu os Consórcios Públicos diante de decisões de alguns Tribunais de Conta sobre a necessidade da contratação de quadro pessoal do regime estatutário, enquanto que outros admitem a contratação pelo regime celetista. Orientação pelo regime celetista.

● Piso do Magistério

PL 3776/2008, do Poder Executivo, que “Determina que a atualização do piso salarial do magistério público da educação básica será feita pelo INPC.”

Tramitação: Aguardando apreciação de recurso nº 108/2011 pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Ação: Articular a inclusão do recurso em Ordem do Dia, junto ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

De 2010 até 2018, o piso passou de R\$ 1.024,00 para R\$ 2.455,35, um aumento de 139,78%. No mesmo período, o salário mínimo aumentou 83,72%.

O Fundeb, que é a fonte de recursos para o pagamento do Piso, cresceu somente 95% no período de 2010 a 2017. Para 2018 o valor do Fundeb é de R\$ 148 bilhões, um crescimento de 4,57% comparado com 2017.

● Fardamento/Merenda

PLS 573/2015, do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), que “Altera a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação e uniformes escolares.”

Tramitação: Aguardando que a matéria seja pautada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Ação: Articular com a presidente da CE, senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), que paute a matéria na Comissão.

● IPTU

PLS 46/2016, do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), que “Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prever que a revisão periódica da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e dá outras providências.”

Tramitação: Aguardando Parecer do Relator, Sen. Armando Monteiro (PTB/PE), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ação: Articular parecer favorável com o relator na Comissão de Assuntos Econômicos.

● Grandes Fortunas

A arrecadação do IR incidente sobre os rendimentos do FI

PL 10.638/2018, de autoria do Poder Executivo, que tem como objetivo aumentar a arrecadação do IR que incide sobre os rendimentos de Fundos de Investimentos.

Se propõe uma mudança na tributação dos fundos de investimentos fechados (que eles chamam de fundos de grandes fortunas) a fórmula atual tributa apenas no ato da retirada do dinheiro da aplicação e com a proposta passaria ser anual.

• Segundo informações da União o aumento na arrecadação do IR para 2019 seria na ordem de R\$ 10,720 bilhões. Como desse valor 24,5% é destinado ao FPM seria um acréscimo de R\$2,626 Bilhões no FPM para 2019.

● Royalties

Lei dos Royalties - 12.734/2012: Pleitear ao Supremo Tribunal Federal (STF) a retirada da suspensão da liminar, concedida na ADI 4917, pela então presidente, Ministra Carmen Lúcia. Até dez de 2017 todos os Municípios deixaram de receber R\$ 19,8 bilhões pelo fundo Especial do Petróleo (FEP).

APM faz convênio para servidores municipais terem adiantamento salarial

Servidores municipais de todo o Estado de São Paulo, autarquias e empresas de economia mista terão uma opção de adiantamento salarial importante a partir de agora, com a criação do cartão APMCREDSalarial, que permitirá o acesso antecipado a 30% do salário para compras em seu município, fomentando o comércio local. Com este cartão, os servidores ainda recebem dezenas de benefícios diretos, como descontos em redes comerciais. Além disso, as prefeituras e câmaras municipais também terão vantagem, com um desconto de 0,5% do valor mensal gasto pelos funcionários, ou seja, redução na folha de pagamento.

O cartão APMCREDSalarial é resultado de um convênio da Associação Paulista de Municípios com a MeuVale, uma administradora de cartões de benefícios e convênios, com o objetivo de proporcionar facilidade no adiantamento, sem mensalidade para o portador e custo zero para o município.

“Este cartão só traz vantagens para todos”, explica o presidente da APM, Carlos Cruz. “O servidor terá 30% de seu salário à disposição para uso antecipado, enquanto que a Prefeitura ou empresa e autarquia

APMCRED SALARIAL
CARTÃO OFICIAL DO SERVIDOR



municipal ainda se beneficiam tendo desconto de 0,5% no montante consumido pelos funcionários”, completa.

Mas o que é preciso para ter o APMCREDSalarial? Basta as prefeituras e empresas e autarquias aderirem ao programa. A partir disso, os portadores do cartão terão dois serviços de saúde gratuitos. O primeiro é uma central de saúde para falar com uma equipe multidiscipli-

nar, que poderá ser consultada 24 horas por dia para tirar dúvidas. A outra vantagem é muito importante. Trata-se de um serviço de remoção de ambulância em caso de necessidade. Por exemplo, se um beneficiário do cartão estiver em uma cidade, recebendo atendimento médico, e quiser remoção para outra cidade, bastará pedir o serviço.

Este cartão garantirá também descontos especiais em hotéis de São Paulo e Distrito Federal, para prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e secretários municipais, em passagens aéreas, academias, cinemas, redes de farmácias, supermercados e parques de diversão. Através de um app inteligente, poderá acessar rede social de promoções, descontos, gerenciamento de benefício, acesso à central de saúde e à rede credenciada com geolocalização.



Prefeitos vão utilizar tecnologia eletrônica para não terem de se deslocar à capital em busca de recursos e acompanhamento de processos

Ao anunciar a criação da Secretaria de Desenvolvimento Regional, o governador eleito, João Dória, antecipou uma de suas principais estratégias, a de descentralizar a administração estadual e eliminar “o périplo de prefeitos ao Palácio dos Bandeirantes”. No novo desenho institucional do governo do Estado, a nova Pasta, conhecida também como a “Secretaria do Interior”, que por muito tempo existiu na estrutura do governo paulista, até ter suas funções divididas em várias pastas, vai aglutinar as demandas das prefeituras e das entidades sociais nas mais variadas áreas de governo, com exceção da Segurança Pública, Saúde, Educação e Fazenda.

Para atingir a meta descentralizadora, o governo eleito diz que se necessário oferecerá treinamento os gestores municipais. Com isso, a romaria presencial em busca de informações nas secretarias e apoios para a execução dos projetos, será substituída por um protocolo eletrônico com passo a passo transparente que incluirá prazos de retorno pelo governo estadual. “Chega de papelzinho, de ofícios”, ordenou Dória. “A municipalização é uma decisão de governo e consta de nosso programa. Será um governo descentralizador”.

O secretário escolhido para comandar a mudança, Marco Vinholi, terá visão política, mas

Dória cria Secretaria d Regional e fortalece o



Ato oficial do anúncio da criação da nova Secretaria e apresentação do Deputado Marco Vinholi para o cargo

atuação técnica, com vistas a “melhorar a capilarização de recursos destinados aos municípios”, segundo Dória. Uma das primeiras tarefas da nova secretaria será implementar um programa de treinamento para orientar os prefeitos para que alcancem eficiência nos processos e evitem desperdício de tempo com erros de protocolo como a falta de documentação. Nessa empreitada, Vinholi terá como subsecretário o médico Rubens Cury, de Pederneiras, escolhido a dedo junto a lideranças do PSDB no Estado.

“O mundo mudou, é moderno, tecnológico”, disse Dória ao apresentar o novo secretário à imprensa. “Será uma secretaria amparada em inovação, para dar atendimento rápido e eficiente às demandas

dos prefeitos”. Deixou claro também que será uma via de duas mãos. O Estado promete mais eficiência, mas exige a contrapartida na mesma direção. “O nível de exigência de eficiência será no plano máximo. Não basta o prefeito solicitar. Ele terá que documentar a necessidade, e isso deve estar dentro das políticas de trabalho que constam de nosso programa de governo”, explicou o governador eleito.

Dória garante que a administração estadual, por meio de seus diferentes órgãos, responderá com Sim ou Não, e que “não vai haver mais embrulhar, enrolar e postergar decisões com prefeitos”. Essa, segundo ele, “é uma prática que infelizmente ao longo dos anos, sem nominar, nem finalizar, aca-

e Desenvolvimento municipalismo

bou se incorporando e isso é muito ruim. Não vamos ter mais esse tipo de comportamento”.

Antes de anunciar a novidade aos jornalistas, Dória costurou a ideia junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em visita protocolar. “Vários programas serão realizados de orientação aos prefeitos, evitando também a perda de tempo, obras paralisadas, dúvidas, tudo para evitar situações que diminuam a eficiência e possam permitir que, ao inverso, tenhamos os projetos definidos realizados ao seu tempo e com a aprovação do Tribunal de Contas do Estado”, anunciou o governador eleito. “O nosso objetivo é fazer um governo eficiente em todas as áreas com colaboração com os órgãos fiscalizadores e também com os órgãos de justiça”.

“A relação (do governo estadual) será com prefeitos de todos os partidos, seremos o governador de todos, dos que votaram e os que não votaram em nós, dos que são alinhados do ponto de vista da coligação Acelera São Paulo e dos que não são alinhados. Prefeitos de pequenos municípios, médios e grandes, o tratamento será rigorosamente igual e altamente focado no desenvolvimento. Quanto mais capilarizado for o nosso governo, descentralizado, municipalista, melhor será a atuação do governo e melhor e mais rapidamente os recursos chegarão às prefeituras”.

Governador eleito João Dória



Primeiro compromisso oficial: visita à APM

O futuro secretário estadual de Desenvolvimento Regional, deputado Marco Vinholi, deu a dimensão do que espera para a futura passata: após ser anunciado oficialmente pelo governador eleito João Dória, telefonou para o presidente da Associação Paulista de Municípios, Carlos Cruz. “Quero que meu primeiro compromisso oficial seja uma visita à APM, em reconhecimento ao trabalho da entidade por sua luta pelo municipalismo e sua participação política ativa nesses 70 anos”, disse ele.

Vinholi foi recebido pela Diretoria da Associação Paulista e utilizou os canais de mídia da APM para se dirigir aos prefeitos e gestores do Estado, da TVAPM.

“Agradeço ao presidente Carlos Cruz, em reconhecimento ao trabalho da APM e através da APM queiro falar aos prefeitos do Estado de São Paulo”, disse ele. “Em nome do governador Dória e do vice-governador Rodrigo Garcia, quere-

mos firmar um grande pacto com os prefeitos paulistas para, juntos, chegar a um novo patamar de relação entre Estado e Municípios”.

O futuro secretário de Desenvolvimento Regional salientou que está ciente dos problemas dos municípios. “Sabemos das dificuldades, das demandas, que são muitas, mas vamos avançar nesse sentido”.

Depois, comentou sobre a APM: “Minha primeira agenda oficial foi aqui na APM e é através desta entidade que quero dizer aos prefeitos que vamos fazer um grande trabalho juntos, que vamos levar os recursos, cobrar os resultados e chegar a uma gestão histórica”. Ao final, desejou bom final de ano a todos.

O presidente Carlos Cruz colocou a APM à disposição para colaborar com a nova Secretaria no que for necessário: “Secretário, conte com a APM para realizar um grande trabalho pelos municípios”.



“É uma mudança de conceito em São Paulo importante. O secretário Marco Vinholi vai fazer o elo de ligação com as prefeituras, será o facilitador. A demanda (dos municípios) só vai ser caracterizada depois de várias etapas cumpridas. Hoje, muitas vezes, é o inverso que vivemos. Primeiro chega ao governador, e quando ele autoriza, nós sabemos que é impossível porque a prefeitura está porventura com falta de documentos”.

Rodrigo Garcia, vice-governador eleito e futuro secretário de Governo

“Dória é um municipalista, defensor do Pacto Federativo de forma enfática. A função da secretaria será a de modernizar a relação dos municípios com o governo do Estado. Preparar os recursos e também cobrar resultados. Será outro patamar de relação com as prefeituras. Não tenho dúvida de que a visão moderna de Estado vai fazer os recursos chegarem na ponta com mais eficiência e podermos ter melhora de vários índices no Estado de São Paulo”.

Marco Vinholi - Secretário de Desenvolvimento Regional da gestão Dória

Vinholi, do movimento estudantil para a política

O novo secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, iniciou sua vida pública junto aos movimentos estudantis, como presidente do Centro Acadêmico Leão XIII (PUC/SP), diretor da União Estadual dos Estudantes (UEE) e União Nacional dos Estudantes (UNE). Ele é filho do ex-deputado e ex-prefeito de Catanduva, Geraldo Vinholi e nesta região do Estado fez sua base política.

Depois de consolidar uma forte posição no momento estudantil, assumiu a coordenação nacional de Empreendedorismo Juvenil, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a diretoria do departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude, órgão do Governo Federal. Foi também vice-presidente da Juventude Estadual do PSDB e coordenador regi-

onal do PSDB, eleito por prefeitos, ex-prefeitos e vereadores de toda região de Catanduva.

Em 2014, elegeu-se deputado estadual, sendo o mais votado da região de Catanduva. Em 2015, como diretor da secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, coordenou o Vivaleite, o maior programa de segurança alimentar da América Latina, que em 2018 comemora a marca histórica de 2 bilhões de litros de leite distribuídos desde sua criação.

Neste período, Marco Vinholi, foi vice-presidente do Conselho da Criança e do Adolescente - Condec. Em 2017, assumiu como deputado e em 2018 candidatou-se a deputado federal, obtendo quase 60 mil votos, embora não o suficiente para garantir uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Escritórios Regionais centralizam demandas

Os Escritórios Regionais centralizarão as demandas regionais junto ao governo do Estado. Esta é a estrutura atual das unidades regionais agrupadas na Subsecretaria de Relacionamento com Municípios da Casa Civil do governo do Estado:

ARAÇATUBA - Rua Gandhi, 31 – bairro Higienópolis

BARRETOS - Rua Argentina, 1580 – Edifício Adeles- cj.10 - 2º andar salas 27/28 - bairro América

BAURU - Avenida Cruzeiro do Sul, 13-15 - Jd. Cruzeiro do Sul

CAMPINAS - Avenida Brasil, 2340 – Edifício CATI nº 1 Bl A - andar térreo Face Norte - Jd. Chapadão

FRANCA - Rua Major Claudio, 1488 – Centro

ITAPEVA - Rua Epitácio Piedade, 145 – Vila Ofélia

MARÍLIA - Avenida Rio Branco, 936 – 6º andar – salas 63/64

PARIQUERA-AÇU (Vale do Ribeira) - Rua Santo Sallete, 262- Centro

PRESIDENTE PRUDENTE - Rod. Raposo Tavares, km. 562

RIBEIRÃO PRETO - Rua Cerqueira César nº 333 - 1º andar – Centro

SANTOS (Baixada Santista) - Rua Joaquim Távora, 93 – cj 34 – 3º andar – Vila Mathias

SÃO CARLOS (Central) - Rua Riachuelo nº 172 – 1º e 2º andar

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Rua Siqueira Campos nº 3105 - 3º sobreloja

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Avenida Madre Thereza, 313 – Centro

SOROCABA - Avenida Pereira da Silva, 915 - Santa Rosália



COM APMCRED Salarial o servidor antecipa até 30% do salário para consumir na rede credenciada MeuVale, o valor gasto será descontado na folha de pagamento do mês subsequente. É o único benefício do país que oferece serviços de saúde e uma ampla rede de descontos e economia para o município.

↓ 0,5% economia

0,5% de desconto sobre o valor consumido, concedido ao município no momento do repasse.

app inteligente

- Rede social de promoções;
- Acesso a descontos;
- Gerenciamento do benefício;
- Acesso central de saúde;
- Rede credenciada com geolocalização.



CONFIRA TODAS AS VANTAGENS

\$\$ consumo local

Consumo restrito ao município, fomentando a economia local, gerando mais receita na arrecadação.

clube de descontos

- Hotéis em SP e DF;
- Passagens aéreas;
- Academias;
- Cinemas;
- Farmácias;
- Supermercados;
- Parques de diversões e muito mais.

APMPremium. O prefeito também merece esse cuidado!

serviço de saúde

Serviços de saúde gratuitos ao servidor público:

- Central de saúde para falar com equipe multidisciplinar;
- Transferência de ambulância em caso de necessidade.

Tudo isso a custo zero para o município e sem mensalidade pro servidor



convênio: **meuvale**

www.meuvale.com.br



Carlinhos Brown e APM vão levar educação ambiental às crianças

Por Flávio Lamas

A Associação Paulista de Municípios firmou convênio de parceria e cooperação técnica com o cantor e mobilizador social Carlinhos Brown para difundir junto aos municípios o primeiro programa de educação ambiental infantil na forma de livros paradidáticos para crianças, criado pela ong do artista. “É um trabalho muito bonito para envolver as crianças”, resume o presidente da APM, Carlos Cruz, que esteve com Carlinhos Brown para a assinatura formal do convênio, em Salvador. “Apresento aos prefeitos este trabalho para estar em todas as salas de aula do Brasil, mostrando a importância da sustentabilidade”, disse Brown, que tem uma longa experiência prática na conscientização.

Com o convênio, o objetivo é realizar ações conjuntas para a difusão da educação ambiental infantil no âmbito municipal, utilizando a série de pertencimento ambiental infantil de Carlinhos Brown, a partir da criação, gestão e direção artística da turma dos personagens Paxuá e Paramim, indiozinhos que protagonizam cartilhas de educação ambiental para crianças.

O presidente Carlos Cruz explica que a APM irá disponibilizar espaço físico, nos eventos, congressos e atividades da entidade para a divulgação do trabalho. “Fiquei impressionado com o trabalho, porque motiva e ensina as crianças”, disse Cruz. “Através delas, a transformação acontece, porque é ensinando desde cedo para ter bons resultados”, completou.

Mas o que tem a ver o artista Car-



Presidente Carlos Cruz e Carlinhos Brown, durante assinatura do convênio





linhos Brown, que nos últimos anos é jurado permanente no programa de TV “The Voice Brasil”? Ele mesmo explica: “Nasci no bairro do Candeal Pequeno, em Salvador, Bahia, uma comunidade sem saneamento nem consciência de pertencimento ambiental. Foi isso que me deu oportunidade de lutar pela comunidade e hoje meu amado Candeal aprende ensinando as novas gerações o impacto positivo de se sentir pertencente ao meio ambiente e dele cuidar”.

Ele explica que “motivado por este aprendizado que foi a transformação de meu bairro, criei dois personagens índios, Paxua e Paramim e uma grande turma em desenhos para ensinar as crianças no conhecimento do uso correto dos elementos, cuidados com redes elétricas, uso consciente de energia, enfim acredito que a verdadeira mudança do mundo, para acontecer tem que começar pelas crianças”.

Brown fez o convênio com a APM porque entende que a difusão das propostas ambientais para crianças é mais fácil com a participação dos gestores municipais. “Por isso apresento aos prefeitos este trabalho de sustentabilidade, para estar em todas as salas de aula do Brasil, que será comercializada pela Brasil Sustentável Editora Ltda”, completa.

Questões sociais marcam a carreira do artista

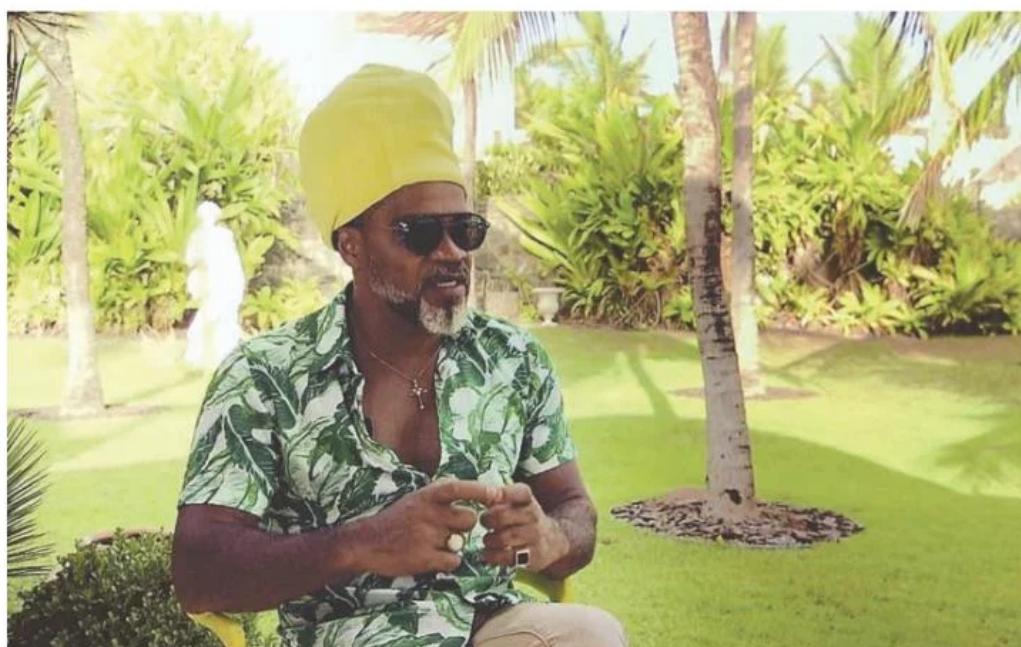
A sustentabilidade ambiental é uma etapa relativamente nova na vida de Carlinhos Brown, que teve uma infância pobre em recursos financeiros. Mas a música sempre o aproximou das questões sociais, o que o levou a criar vários projetos, programas e grupos musicais que modificam a vida de crianças e jovens carentes de Salvador. Através das mãos de Brown, já foram formados mais de 5.000 percussistas que hoje se destacam tocando pelo Brasil e pelo mundo.

Alguns em carreira solo, outros acompanhando grandes nomes da

música mundial, como o grupo americano Stomp.

No Candeal, Carlinhos implementou o projeto “Tá Rebocado”, de urbanização e saneamento do bairro, que recebeu, em 2002, o Certificado de Melhores Práticas do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas/UN-Habitat. Em 1994, foi fundada, por Carlinhos Brown, a Associação Pracatum Ação Social. O lugar é um centro de referência em cursos de formação profissional em moda, costura, reciclagem, idiomas e oficinas de capoeira, dança e de temáticas ligadas à cultura afro-brasileira, além de uma escola infantil. Os projetos são parceiros de instituições importantes mundialmente, como os Ministérios da Educação e do Trabalho e a Unesco.

Ele criou o Festival Ghetho Square, promovido em 2006 no Candeal que recebeu diversos artistas. Atualmente, é um espaço voltado a experiências culturais por meio do projeto “Vem Pra Cá Tu”. Pela sua trajetória de engajamento com as questões sociais, Carlinhos Brown já recebeu diversos prêmios.





Brasil inaugura o Sirius, nova fronteira da ciência

Novo acelerador de elétrons é a maior e mais complexa estrutura de pesquisa do País e será colocada à disposição de pesquisadores do Brasil e do exterior

Por fora, parece um disco voador, do tamanho do estádio do Maracanã. Visível do avião, sobrevoando Campinas, parece mesmo um estádio de futebol. Por dentro, a sensação é de estar caminhando em outro mundo, na fronteira da tecnologia, cercado de inovação por todos os lados. E o mais incrível: quase tudo feito por aqui mesmo, projetado por cientistas brasileiros, desenvolvido por empresas nacionais e construído - a muito custo - no período de maior aperto financeiro da ciência nacional.

O Sirius, a nova fonte de luz síncrotron do Brasil, foi inaugu-

rado oficialmente neste último dia 14 de novembro de 2018 no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas. Até agora, cerca de R\$ 1,12 bilhão foram repassados para o projeto.

Nesta fase, foram concluídas as obras civis e o prédio que abriga a infraestrutura de pesquisa. Dois dos três aceleradores de elétrons estão concluídos. O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, explicou que o feixe de luz começou a circular na semana de 14 de novembro em fase experimental. Em seguida, os cientis-

tas ocuparão as suas salas nos laboratórios e instalações de pesquisa, que serão abertos às comunidades científica e industrial. A pesquisa efetiva terá início no próximo ano.

“Já existem dezenas de projetos, de estrangeiros, inclusive, querendo usar a máquina. Experiências que nunca puderam ser feitas agora poderão acontecer no Brasil”, afirma o físico Rogério Cesar de Cerqueira Leite, presidente do conselho de administração do CNPEM e um dos entusiastas do projeto. Cerqueira Leite é um dos principais cientistas brasileiros, reconhecido internacionalmente.



Maracanã da ciência

A obra que mais parece um estádio de futebol é um acelerador de elétrons, usado para produzir luz síncrotron. Funciona como um grande microscópio, que permite estudar praticamente qualquer material. O prédio do Sirius possui 15 metros de altura e 68 mil metros quadrados.

A máquina propriamente dita - um acelerador de elétrons com mais de 500 metros de circunferência, que produz a luz síncrotron - está em fase final de montagem, e deve entrar em operação já no segundo semestre de 2019. Com ela, cientistas poderão fazer imagens 3D de altíssima resolução e investigar a fundo a estrutura molecular de qualquer tipo de material.

Com as milhares de peças que compõem o acelerador operando com a precisão nanométrica necessária, o Sirius será uma das fontes de luz síncrotron mais poderosas do mundo.

A energia do feixe de luz pode penetrar profundamente até em materiais densos, como rochas, polímeros e metais, produzindo imagens nítidas de estruturas nas

escalas atômica e molecular. O que soa complicado é, no entanto, lúmido.

Sirius é a estrela mais brilhante do céu noturno e pode ser vista de qualquer ponto na Terra. Empresta o nome a este impressionante laboratório multipropósito em estrutura física projetada para atender a padrões de estabilidade mecânica e térmica sem precedentes.

Tê-lo em progressiva operação, a partir de 2019, vai permitir diferentes pesquisas em áreas como saúde, energia e meio ambiente, engenharia de materiais e outras.

“Resiliência é o nome do jogo”, disse à imprensa o físico Antônio José Roque da Silva, que pilota o projeto, em um primeiro momento como diretor do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) e agora, como diretor-geral do CNPEM.

Não foram poucos os momentos em que o projeto esteve ameaçado pela falta de recursos.

Kassab, à frente do MCTIC desde 2016, articulou no âmbito federal a priorização do projeto e assegurou a liberação de recursos junto à equipe econômica para que houvesse a entrega em novembro.

*Ministro Kassab:
o acelerador opera com
precisão nanométrica*



Made in Brazil

A concepção do projeto iniciou quando ficou claro que a atual fonte de luz síncrotron do LNLS - chamada UVX, de 1997 - estava tecnologicamente defasada, apesar de funcionar muito bem e até hoje atender mais de 1 mil pesquisadores por ano. Entre outras importantes aplicações, o laboratório UVX por exemplo identificou a estrutura da proteína responsável pelo vírus da zika.

Inicialmente, o Sirius seria uma máquina de terceira geração, como tantas outras que estavam sendo construídas no mundo. Porém, um comitê recomendou que fosse feito um "upgrade", para uma máquina de quarta geração - coisa que ainda não existia no mundo. E o desafio foi aceito.

"Em vez de começar atrás, era a oportunidade de sair na frente", lembra Silva. Muitos disseram que era impossível, mas o projeto foi em frente. "Reprojetamos

tudo, e o Sirius ganhou destaque mundial. Todo mundo começou a desenhar novas máquinas com base na nossa tecnologia."

É possível afirmar que o Sirius terá apenas dois competidores no mundo em sua geração - mas com diferenciais técnicos para o Brasil. Atualmente existe um laboratório da 4^a geração de luz síncrotron operando no mundo: o sueco MAX-IV. E está em processo de construção, em Grenoble, na França, o ESRF. O brasileiro Sirius é o mais sofisticado dos três.

Cerca de 85% do projeto está sendo contratado dentro do Brasil, incluindo o desenvolvimento e a fabricação das peças mais sofisticadas do acelerador e das estações experimentais, chamadas de "linhas de luz".

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) fizeram seleção pública conjunta para financiar empresas que desenvolveram componentes críticos do

anel de aceleração.

Oito empresas foram selecionadas para superar desafios científicos e tecnológicos, como, por exemplo, produção de eletroímãs, detectores de raios X e espelhos de rugosidade nanométrica.

O primeiro feixe de elétrons foi gerado em maio, no aparelho conhecido como Linac, que agora está sendo conectado ao primeiro anel de aceleração do Sirius, conhecido como Booster.

O anel principal, de onde são extraídos os feixes de luz síncrotron, está em fase inicial de montagem, com conclusão prevista para abril ou maio. Terá início, então, uma longa fase de testes, até que o Sirius possa ser aberto para uso da comunidade científica. Nessa primeira fase, estão previstas seis linhas de luz, com mais sete planejadas para 2021. Mas o prédio foi construído para abrigar até 40.

"É uma máquina que será competitiva por muitos anos", diz o diretor científico do LNLS, Harry Westfahl Junior.

Veja como funciona a fonte de luz síncrotron

Luz vai permitir investigar estrutura interna de materiais

A complexidade tecnológica de uma fonte de luz síncrotron como o Sirius é imensa. De uma forma geral, porém, essas máquinas podem ser pensadas como grandes microscópios, ou tomógrafos, que os cientistas utilizam para fazer imagens, enxergar a estrutura molecular e estudar as propriedades de materiais.

Pode ser uma proteína, uma célula, um osso, um grão de areia, uma planta, uma rocha, um plástico, uma liga metálica ou um fós-

sil. Qualquer coisa.

Além da pesquisa acadêmica, a técnica é muito usada pelas indústrias químicas, de petróleo, fármacos e cosméticos.

A física Nathaly Archilha, pesquisadora do CNPEM, por exemplo, utiliza a luz síncrotron para estudar as propriedades de rochas que formam reservatórios de petróleo e gás natural. "Entender essa estrutura é fundamental para otimizar os processos de extração do óleo", explica.

Com a luz síncrotron do UVX, já é possível enxergar a malha poro-

sa interna das rochas, onde fica estocado o óleo - com o diâmetro de alguns fios de cabelo. Já com o Sirius, será possível fazer uma tomografia 4D dessas amostras, visualizando em tempo real, e condições reais de temperatura e pressão, como o óleo flui por dentro desses poros.

Além disso, o tamanho das amostras poderá ser muito maior, e o tempo de imageamento será muito menor. Uma imagem que leva horas para ser feita no UVX poderá ser feita em segundos no Sirius.

Coreanos revelam interesse em investir no interior paulista

Empresários da Coreia do Sul e dos Emirados Árabes pretendem investir cerca de U\$ 2 bilhões (cerca de R\$ 7,7 bilhões) na área de substituição de iluminação pública convencional por led e construção de usinas de captação de energia solar fotovoltaica. A informação é de mr. Jong Bok Park, presidente da Federação das Indústrias, equivalente à FIESP, durante encontro com o presidente da Associação Paulista de Municípios, Carlos Cruz.

“O interesse em investir no interior paulista é muito grande”, comentou o CEO José Vieira, da Korea System Business (KSB), empresa especializada na tecnologia e substituição de iluminação pública e, também, representante de interesse de investidores asiáticos no Brasil.

Mr. Jong Bok Park, Vieira e o presidente da APM mantiveram uma reunião na sede da Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados, com a intenção de firmar parceria para representação no Brasil.

Na oportunidade, anunciaram, também, a intenção de instalar duas fábricas de placas solares e uma de lâmpadas de led.

Segundo o CEO da KSB, José Vieira, “há dez anos os aplicadores coreanos e de Dubai estão tentando fazer negócio no Brasil, mas a grande burocracia atrapalha um pouco, principalmente no poder público”. Ele espera uma mudança nesse quadro e acredita que uma parceria com a Associação Paulista de Municípios poderá ajudar



Mr. Jong Park, durante a reunião no escritório Braga Nascimento e Zilio Advogados

muito, já que os municípios precisam trocar iluminação ineficiente por sistemas mais modernos. “A KSB é uma empresa de inovação tecnológica de eficiência energética, que investe na troca de equipamentos ineficientes por equipamentos de alta eficiência”.

Vieira acentua que “o Brasil precisa muito das substituições, porque tem uma rede de iluminação pública prejudicial ao meio ambiente, que precisa de lâmpadas led de alta eficiência e segurança”.

Segundo ele, do total de U\$ 2 bilhões previstos para investimen-

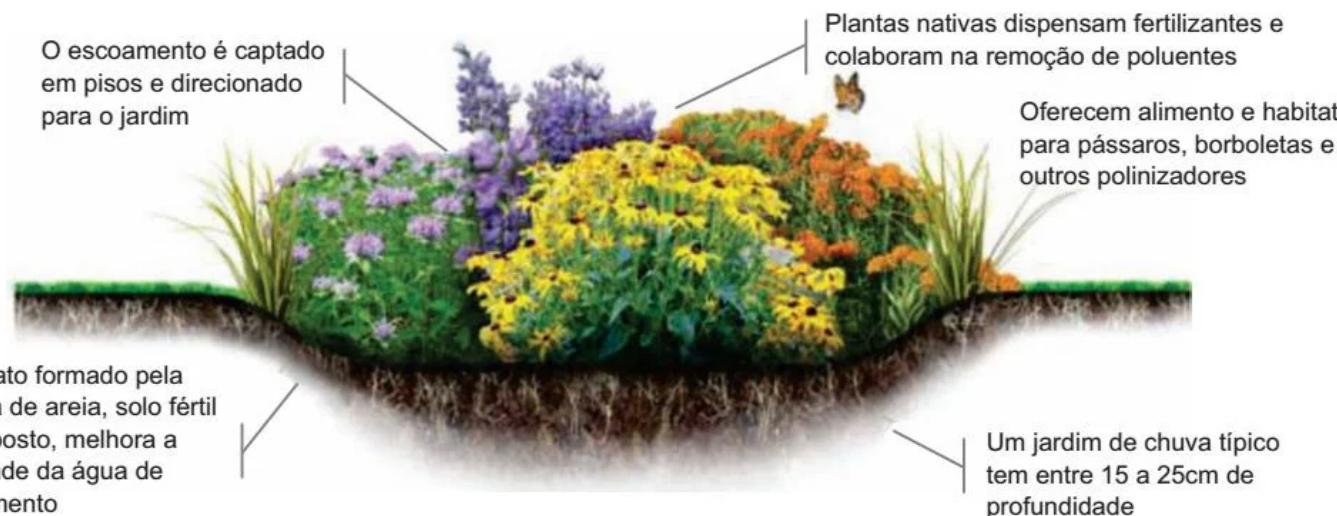
tos, 1,5 são para construção de fábricas de usinas de captação de energia fotovoltaica e U\$ 500 milhões destinados à troca das lâmpadas das redes públicas por led, através do Sistema Esco de Eficiência Energética.

Mr. Jong Bok Park, que também esteve no Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação e Meio Ambiente (CBTIMAM), deverá voltar ao Brasil em janeiro para novos contatos e os prefeitos interessados em maiores informações podem procurar a APM.



O que é um jardim de chuva?

É um jardim rebaixado que capta, limpa e infiltra água de chuva captada em telhados, pisos e vias pavimentadas



Jardins de Chuva embelezam as cidades e amortecem enchentes

Com mais árvores e flores nas cidades, é possível reduzir as enchentes, melhorar a qualidade da água escoada, facilitar a drenagem e promover o verde no entorno de ruas e praças

“É a chuva chovendo, é conversa ribeira/ Das águas de março, é o fim da canseira/ É o pé, é o chão, é a marcha estradeira (...). Quando Tom Jobim compôs “Águas de março”, em 1972, não havia ainda a noção de aquecimento global, nem as grandes enchentes tiravam o sono de prefeitos. As chuvas de verão sempre foram repentinas e intensas, mas agora, com as varia-

ções climáticas, o asfalto nos solos e o crescimento urbano, os desafios são enormes, na maioria das cidades.

Em tempos de escassez hídrica e de vida urbana com infraestrutura complexa, surge uma ideia para suavizar os impactos das chuvas nos pontos de gargalo do fluxo natural das águas de março e de todos os meses. Trata-se do conceito de Jardim de Chuva, derivado do termo inglês “rain garden”, que promete solucionar, ao menos em parte, os desafios da drenagem das chamadas águas pluviais, que em muitas cidades são tormento permanente da população na temporada de chuvas.

Além de ser uma opção técnica interessante para absorver parte do aguaceiro e possibilitar um escoamento mais manso do volume de água, em paralelo o Jardim de Chu-

va pode ser uma alternativa também de adoção do verde na cidade e do surgimento de novas áreas de convivência e de passagem de pedestres. Juntando o útil ao agradável, o projeto pode contemplar a formação de nichos ecológicos floridos em praças, canteiros centrais de avenidas, calçadas, vagas de carro, parques de estacionamento, cantinhos de rua, becos e até topo de edifícios.

A engenheira civil Beatriz Codas, 46 anos, mestre em Hidráulica e Saneamento pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), apresentou a ideia do Jardim de Chuva em setembro último no workshop CTE, realizado em parceria com o Connected Smart Cities, em São Paulo. O evento teve como foco as “Estratégias Smart Cities e sustentabilidade em comunidades planejadas.

Como torná-las realidade?”. Depois, no final de novembro, fez apresentação semelhante na sede do Secovi - Sindicato da Habitação para empreendedores imobiliários.

Parceira de paisagistas nos cálculos de amortecimento e infiltração das águas de chuva, Beatriz defende o Jardim de Chuva como um exemplo sustentável de infraestrutura verde, entre outros. “Esta solução oferta aos empreendedores e ao poder público municipal uma nova visão do aproveitamento das águas pluviais”, diz ela.

“Uma parcela será infiltrada na própria área onde ocorreu a precipitação e o excedente será encaminhado através da sarjeta ou canais, e daí para as galerias, até o fundo dos vales e represas de amortecimento”. E vai além, pensando no futuro. A sua proposta é que as prefeituras adotem conceitos mais exigentes nos novos loteamentos, os quais poderiam ser utilizados como piloto para avaliar esse novo conceito de drenagem.

“Como resultado do crescente questionamento da eficácia do



Engenheira Beatriz Codas: uma nova visão

sistema convencional de drenagem urbana e dos custos crescentes para a recuperação, manutenção e ampliação da infraestrutura existente, passou-se a buscar um conjunto de princípios e práticas capazes de criar uma paisagem urbana multifuncional que pudesse manter ou restaurar o regime hidrológico em uma bacia, ao mesmo tempo que agregasse fatores positivos para a qualidade de vida e saúde das pessoas”, afirma o também engenheiro civil Geraldo Gonçalves, que é outro entusiasta da solução.

“Imitação da própria natureza”

O Jardim de Chuva junta técnicas de drenagem sustentável com as do paisagismo. Pode frear o escoamento da chuva ao permitir que a água penetre no solo ao ser direcionada às galerias. Evita erosão, poluição, inundações e diminuição do lençol freático. Beatriz Codas estima que dependendo da área de jardim, em média 50% do que seria lançado a esmo pode ser infiltrado ou absorvido pelas plantas.

“É uma alternativa para o método tradicional de manejo da água ao procurar imitar a própria natureza”, diz ela. O Jardim de Chuva reduz enchentes, melhora a qualidade da água, facilita a drenagem, ao mesmo tempo que traz benefícios diversos, como o embelezamento do entorno, o fortalecimento da cidadania e a redução do calor e dos níveis de dióxido de



Nesses exemplos as esquinas já foram projetadas para receber a drenagem das vias, gerando um padrão na cidade. Exemplo Spokane, WA, EUA. Captação de águas pluviais das ruas naturalmente no solo.



Nesses projetos, as floreiras foram implantadas nas calçadas com entrada para a água que escoa pela sarjeta. Dessa maneira a água da chuva faz a irrigação das plantas e infiltra no solo. Projeto implantado na cidade de São Paulo e na Philadelphia

carbono (CO₂), causador do efeito estufa, associado ao aquecimento global.

O Jardim de Chuva na superfície das ruas se alinha com a proposta dos chamados telhados verdes, que são abundantes em metrópoles como Singapura e Toronto (Canadá), e também em São Paulo, em condomínios de áreas nobres. Nos telhados verdes, a cobertura substitui as tradicionais telhas e lajes de concreto, e dá lugar a um ambiente embaixo dela menos dependente de aquecedor ou de ar-condicionado.

Mão na massa

O tradicional Largo da Batata, no bairro Pinheiros, na capital de São Paulo, próximo ao Mercado Municipal e palco de concentrações de manifestações públicas, possui dois jardins de chuva. Num local antes ocupado por um posto de combustíveis, e área de quase 200 metros quadrados, os jardins, conectados entre si, acolhem toda a água de chuva coletada na praça, além do trecho contíguo da Rua Butantã, por meio de tubulações de captação instaladas na sarjeta.

O paisagista Nik Sabey é um dos ativistas envolvidos nesse projeto. Ele é idealizador de um projeto que consiste em plantar espécies nativas em espaços públicos da capital, o “Novas Árvores por Aí”. Ficou encantado com a técnica do



Jardim de Chuva que lhe foi apresentada pelo engenheiro Guilherme Castagna, e a partir participou de algumas intervenções pioneiras em calçadas, ruas, canteiros e rotatórias de bairros da cidade.

Um desses cartões postais é o Jardim de Chuva localizado em frente ao edifício da rua Fiandeiras, 88, na Vila Olímpia. Outro destaque é o do Largo das Araucárias, em Pinheiros. Ali, em ação com a empresa Fluxus Design Ecológi-

co, um trecho que acumulava entulhos de uma velha construção foi revitalizado por meio de uma praça e o Jardim de Chuva, construído com a ajuda de cerca de 30 voluntários que atuam na reconstrução do verde na grande cidade.

O que os municípios podem fazer

Na opinião de Beatriz Codas e Geraldo Gonçalves, o Jardim de Chuva pode ser incentivado pelo poder público local de várias maneiras, entre elas pelo desenvolvimento de campanhas de educação ambiental, apoiadas por cartilhas, bem como o IPTU Verde, com descontos progressivos conforme a dimensão da construção. Além disso, recomendam lei que passe a prever um percentual mínimo de área permeável e amortecimento de pico das cheias. Em resumo, propõem aprimorar as normas técnicas municipais de sustentabilidade e disseminação dos conceitos junto à população.

A drenagem pluvial e a urbanização são de responsabilidade direta das prefeituras, e essas enfrentam desafios como a falta de verbas específicas e a necessidade de capacitação técnica dos funcionários.





Com 150 praças, Rio Claro é um exemplo de Jardim de Chuva

Com pouco mais de 200 mil habitantes e 191 anos de história, o município de Rio Claro se aproveita de sua topografia plana para implantação de praças em praticamente todos os bairros. São aproximadamente 150 praças e jardins, todas com ampla área não impermeabilizada. O parque municipal Lago Azul é um dos destaques nesse conceito. Com 130 mil metros quadrados, o parque tem um lago de contenção de águas pluviais e muita área verde. As quadras poliesportivas e o Centro Cultural são os únicos locais impermeabilizados no Lago Azul. Em outubro deste ano a prefeitura implantou na praça Dalva de Oliveira uma área de recreação infantil toda feita em local que tem piso de areia. O prefeito João Teixeira Junior, o Juninho da Padaria, ressalta que a prefeitura pretende manter

essa tradição. E lembra que a creche inaugurada em julho passado no bairro Terra Nova também dispõe de gramados para recreação das crianças e absorção das chuvas, e que as escolas que estão sendo construídas no Benjamim de Castro, Jardim Novo e Jardim Araucária também contarão com projeto arquitetônico semelhante.



Prefeito
Juninho da
Padaria



Vantagens do Jardim de Chuva

- Aumento da infiltração de água no solo
- Retardamento do fluxo da corrente de água (amortecimento)
- Melhora da qualidade da água lançada nos rios, ao eliminar parte dos detritos de enxurradas
- A vegetação mantém a umidade e a qualidade do ar na região
- Substituição das “piscinhas” (cisternas para depósito temporário das águas de chuva)
- Redução das obras de galerias em novos empreendimentos, que poderiam ser redimensionadas

Grandes desafios até 2030

Como o Jardim de Chuva se relaciona com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pela ONU para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas

- ODS 6 - Água limpa e saneamento - Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
- ODS 9 - Inovação na infraestrutura - Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
- ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



Nik Sabey: “Jardim de Chuva é essencial para as nossas cidades”

Ambientalista, paisagista, ativista e plantador de árvores, Nik Sabey é acostumado a plantar desde criança. Fez desse hábito um projeto: o “Novas Árvores por Aí”, que promove o plantio de árvores e tem reunido centenas de pessoas com este mesmo objetivo. Membro do GT de Arborização do CADES Pinheiros, na capital, que promove a arborização urbana e busca soluções e boas práticas relacionadas a plantio e manejo das árvores, Nik Sabey respondeu a três perguntas enviadas pela Revista da APM:

1. Considerando o perfil urbano atual, o conceito de Jardim de Chuva é indicado para o futuro das cidades? Por que?

Considero o jardim de chuva essencial para as cidades brasileiras. Em uma tentativa de avaliar os problemas das nossas cidades sem considerar as particularidades das

exceções, em muitos pontos o jardim de chuva é o meio mais viável para combate às enchentes, aumento de áreas verdes e embelezamento da região. Nossas cidades sofrem muito com as escolhas construtivas e de ocupação do passado que precisam enfrentar hoje, cenários caóticos com falta de permeabilidade, ilhas de calor por excesso de cimento, rios canalizados e secura por falta de vegetação. Para cada item citado, diversos outros subitens poderiam ser discutidos, portanto, o jardim de chuva poderia e deveria entrar como política pública e aparecer com farfura nas cidades brasileiras, assim como tem aparecido em diversas cidades pelo mundo.

2. Em sua opinião, em termos práticos o que pode ser esperado como resultado efetivo para a população e o meio ambiente?

Os resultados inúmeros e

extremamente mensuráveis. Dentro eles os mais fáceis de elencar seriam:

- Mais permeabilidade e captação de águas de chuva ou escoamento viário resultando em diminuição de enchentes, alimentação dos lençóis freáticos e irrigação do próprio jardim.

- Embelezamento. Está comprovado por pesquisas feitas em diversos países que o verde traz muitos benefícios para a saúde física e mental. Ter um bairro mais bonito e com mais verde traria esse ganho à população.

- O meio ambiente também se beneficiaria muito com a disseminação dos jardins. Principalmente se o uso de plantas nativas for uma diretriz. Estas atraem e alimentam nossa avi-fauna com mais eficiência.

3. Que dica o sr. dá ao prefeito que deseja implantar o projeto em sua cidade? Por onde começar, e quais são os passos a serem dados?

Na minha visão, um governo que está realmente atento às questões da cidade, não passa despercebido por essa solução. Claro que muitas vezes esse modelo de jardim demanda um certo esforço em aceitar um conceito novo. A dica seria olhar com atenção e se apoiar no fato do jardim ser extremamente flexível e de fácil adaptação a diversos cenários. Dessa forma, o agente público encontrará mais sucesso que empecilhos. Na prática, a melhor forma de começar é mapear as áreas mais indicadas para receber os jardins. É muito importante que eles estejam no caminho das águas para que a captação seja o mais eficiente possível.

CONSEG's recebem mensagem do comando da Secretaria de Segurança

O secretário da Segurança Pública, Mágino Alves Barbosa Filho e o secretário-Adjunto Sérgio Turra Sobrane, estão enviando mensagem a todos os CONSEG's.

Mensagem do Secretário:

“Meus amigos conseguianos, é uma imensa satisfação poder dirigir uma palavra a vocês que fazem parte da grande comunidade da segurança pública do nosso Estado de São Paulo. A importância do CONSEG e do trabalho de vocês para a execução da difícil tarefa de manutenção da ordem pública e da segurança do nosso Estado é imensa. O trabalho anônimo do integrante do CONSEG fazendo as suas sugestões e as suas críticas, ajudando na elaboração do plano de segurança pública ao lado das autoridades policiais civis e militares, em suas áreas, é uma tarefa das mais nobres que um cidadão, que um homem comum da sociedade civil pode exercer. Eu tenho imensa satisfação de poder, estando a frente da segurança pública, travar contato com as entidades, com os CONSEGs que vêm realizando um trabalho incansável em prol da segurança pública do nosso Estado. Eu quero agradecer a todos vocês, meus amigos do CONSEG, por todo o apoio que vocês dão às nossas polícias, para que elas possam garantir ao cidadão que vive aqui em nosso Estado a melhor segurança pública do nosso país. Muito obrigado a todos.”



Major PM Joel Rocha, delegado Nelson Munhoz Soares Filho, secretário Mágino Alves Barbosa Filho, secretário-adjunto Sérgio Turra Sobrane e o coordenador estadual dos CONSEG's Evaldo Roberto Coratto

Mensagem do secretário-adjunto:

“Os CONSEG's são o elo mais importante que existe entre a comunidade e os órgãos de segurança. Esta política pública permite a aproximação das forças de segurança com a sociedade organizada, que encaminha diretamente suas demandas ao Poder Público e colabora decisivamente para a prevenção primária. A segurança, embora dever do Estado, é responsabilidade

de todos e esta legião de colaboradores ajuda as polícias, cotidianamente, a desempenharem seus papéis. Senti-me muito honrado em contribuir com o aperfeiçoamento dos CONSEG's por ocasião da revisão de seu regulamento, assim como foi muito gratificante ter realizado diversas reu-

nções de trabalho com os membros da Coordenação e de vários CONSEG's. É uma política pública que deu certo, prosperou e deve continuar! Para aperfeiçoá-la, seria interessante adotar um mecanismo para ampliar a efetividade das deliberações dos CONSEG's, consolidando todas as demandas regionais a fim de que possam ser atendidas pelo Estado. Aproveito para agradecer e parabenizar todos os membros dos CONSEG's e desejar um novo ano de realizações e sucesso!”





Uma velha ideia que virou novidade: a irretroatividade

A nova Lei nº 13.655/2018, que alterou a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, veio especialmente a fim de cuidar da segurança jurídica e da eficiência na criação e aplicação do direito público, trazendo diretrizes gerais para a sua interpretação.

Trata-se de medida extremamente útil, que se demonstrava necessária há tempos.

Vários de seus dispositivos merecem análise detida, mas nessa oportunidade um deles será objeto de nossos comentários, qual seja, o artigo 24, que impede que determinada decisão administrativa seja invalidada em virtude de posterior mudança de interpretação caso tenha sido tomada com base no entendimento geral vigente à época.

É o caso do não pagamento de um determinado tributo durante certo período de tempo sob a orientação dos tribunais no sentido de que era indevido. Segundo o dispositivo, eventual mudança de interpretação não poderá ser utilizada para invocar a cobrança dos valores não pagos pelos contribuintes que deixaram efetuar o pagamento considerado indevido à época.

Em outras palavras, ainda que o entendimento sobre a correta interpretação do Direito vigente venha a ser modificado, eventual nova leitura não poderá ser utilizada como fundamento para a anulação de decisões administrativas já con-



solidadas.

Essa é a tradução da ideia da irretroatividade, uma das mais tradicionais do Direito, que reflete a garantia da segurança jurídica e promove a preservação de situações concretizadas sob o abrigo do que se compreendia como lícito.

Aliás, não poderia ser diferente, até porque algumas vezes o Tribunal de Contas ou o Poder Judiciário levam anos para examinar a validade de um ato ou contrato administrativo.

Nesse ínterim, é plenamente possível que o entendimento a respeito da matéria envolvida tenha sido modificado e não seria razoável que o julgamento não levasse em consideração a “orientação geral” vigente à época do ato.

Ou seja, o novo entendimento a respeito de determinada norma não deve retroagir para invalidar

situações já plenamente constituídas de boa-fé e de acordo com o ordenamento válido quando de sua produção.

A nova interpretação, portanto, não pode ser utilizada como fundamento para a anulação ou invalidação de tal decisão.

O paradigma contido no comentado artigo 24 se aplica a todos os órgãos que compõe a Administração Pública de qualquer dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e também deve ser observado pelos órgãos de controle, como o Ministério Público e os Tribunais de Contas.

Na realidade, como se vê, a Lei nº 13.655/2018 consolida algumas regras já existentes, tais como a da irretroatividade, ora comentada: a Lei sintetiza algumas fórmulas já conhecidas e utilizadas no que se refere à interpretação e aplicação das leis no tempo e espaço.

Não se trata exatamente de uma inovação, mas de uma medida extremamente salutar, que, no caso, oferece maior concretude ao princípio da segurança jurídica.

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor” (isabela@conam.com.br).



Patrícia Hagopian
Loft LG #amour

DUNELLI CASA

Jardins Al. Gabriel Monteiro da Silva 1.718 Tel: (11) 3062-0593
Jardins Al. Gabriel Monteiro da Silva 2.069 Tel: (11) 3062-7549

www.dunelli.com.br

DUNELLI
CASA

Muito se tem discutido sobre a 4^a Revolução Industrial. Marcada pela tecnologia da informação, a inteligência artificial, a internet das coisas e a aprendizagem de máquinas, o diferencial dessa nova revolução é o uso massivo de dados para criar redes inteligentes em toda a cadeia produtiva, que não apenas a controlam, mas possuem a capacidade de aprender, adaptar e corrigir situações de ociosidade e falhas na produção.

Atento aos desafios do setor produtivo, o governo lançou este ano a “Agenda Brasileira para a Indústria 4.0” para que as empresas possam se estruturar e manter a competitividade. Pouco se tem discutido, entretanto, sobre o impacto da nova revolução em curso no plano social.

Como se apropriar da revolução digital para reduzir desigualdades sociais? De que modo a inovação poderá contribuir para o aprimoramento das políticas públicas sociais? Como assegurar que nossas crianças e jovens estejam preparados para essa nova revolução? Essas são perguntas que precisam ser enfrentadas com urgência.

Posicionado dentre os 10 países mais desiguais do mundo, o Brasil possui quase 12 milhões de analfabetos e mais da metade dos adultos entre 25 e 64 anos não concluíram o ensino médio. São 2,5 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos fora da escola e, para aqueles que têm acesso à educação, a efetiva aprendizagem é um grande desafio: apenas 7,3% que concluem o ensino médio adquirem conhecimentos adequados em matemática e conseguem resolver problemas de porcentagem, por exemplo.

O Estado, assim como uma grande empresa, precisa estar apto a, não somente gerenciar as políticas públicas, mas, sobretudo, a retroalimentar o seu ciclo estrutural a partir da análise

Cidadania 4.0



se de dados, fazendo correções no seu desenho.

A revolução digital pode trazer benefícios imensuráveis para o campo das políticas sociais. Exemplifiquemos com a garantia do acesso à educação infantil.

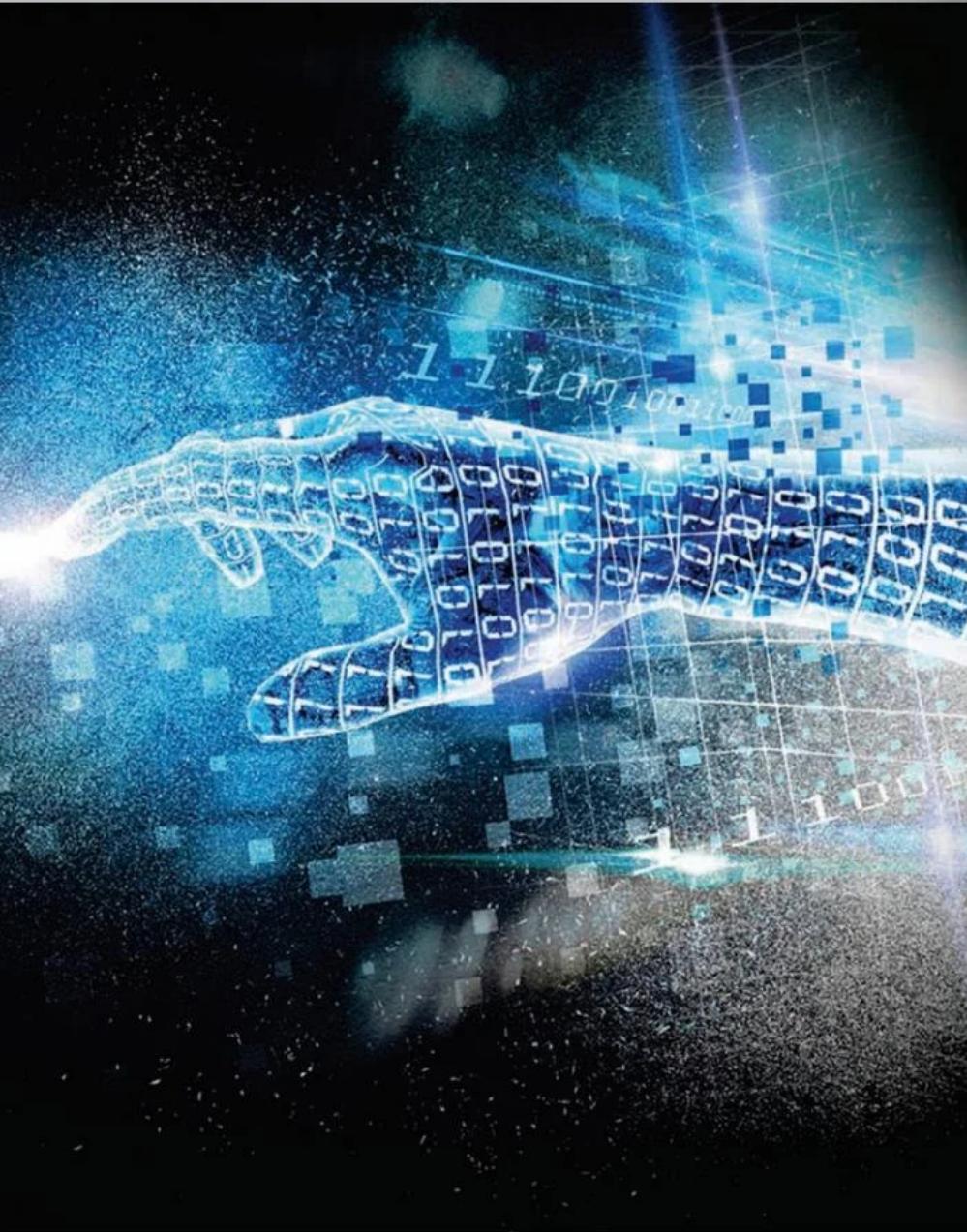
Defendida por James Heckman, Prêmio Nobel de Economia, como uma estratégia fundamental de combate estrutural à pobreza e as desigualdades, a educação infantil é um desafio para os Municípios brasileiros.

Das 6,8 milhões de crianças de 0 a 3 anos sem vaga em creche, 33,9%, em 2017, eram de famílias

com 20% de renda domiciliar per capita mais baixa do país, enquanto que esse percentual era de apenas 6,9% para o grupo de 20% de renda mais alta.

A tecnologia pode ser o caminho para induzir uma maior equidade no acesso à educação infantil, priorizando-se vagas para as crianças que mais precisam.

O uso pelos Municípios da base de dados do CadÚnico, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que reúne informações de 27 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade econômica,



poderá mudar a realidade constatada pelo Tribunal de Contas da União, que identificou, em auditoria que envolveu Municípios de 17 Estados, que 45% dos gestores não sabem quantas crianças de 0 a 5 anos estão fora da escola e 47% deles não possuem critérios de priorização do acesso à rede de educação infantil, em razão da renda familiar. Essas informações são cruciais para o cumprimento da meta 1 (educação infantil) do Plano Nacional de Educação até 2024. Guiam o planejamento da expansão da oferta e orientam a equalização do atendi-

mento educacional ao identificar as crianças que deveriam estar na escola, seja porque se inserem na faixa etária de educação obrigatória, seja em função da sua peculiar condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Da mesma forma como o uso massivo de dados no setor produtivo cria redes inteligentes na cadeia produtiva, a inovação na gestão dos dados oriundos do Poder Judiciário, relativo às ações judiciais, pode trazer esse impacto no campo das políticas públicas.

Os dados estão lá, mas, para pos-

sibilitar o diagnóstico preciso do perfil das ações judiciais ao longo do tempo, de forma georreferenciada, é preciso minerá-los tratá-los para que forneçam informações úteis a uma gestão pública mais eficaz. Um exemplo simples: a inexistência do assunto “creche” nas Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que norteiam a catalogação das ações judiciais em todo território nacional, impede a sua exata quantificação. A precisa classificação desses dados é o primeiro passo para que possam ser usados como um “termômetro” das deficiências da política pública, permitindo correções de rumo no seu desenho pelo Executivo e análises prospectivas para uma concretização progressiva de direitos. Esses dados permitirão, ainda, que o próprio Judiciário avalie se o padrão de suas decisões tem contribuído para mitigar a desigualdade social no país.

Nessa época de mudanças abruptas, não se pode esquecer, sobretudo, de investir nas pessoas. Uma educação de qualidade que desenvolva o potencial pleno das pessoas e as prepare para um mundo em profunda transformação, a partir do fomento à criatividade, à inovação, à colaboração e à resolução de problemas, é o ponto de partida e de chegada de qualquer Agenda 4.0 que pretenda promover um salto quântico na área social.

Alessandra Gotti é fundadora e presidente-executiva do Instituto Articule. Doutora em Direito Constitucional pela PUC/SP e sócia de Hesketh Advogados. É também Coordenadora da Célula de Soluções Estratégicas do Grupo de Administração Legal do Conselho Regional de Administração de São Paulo.

Aplicações de Blockchain em Cidades Inteligentes

Criada no ambiente financeiro, a expressão Blockchain foi se popularizando no universo corporativo à medida em que ampliou seu uso e aplicações para outras áreas. Mas o que é Blockchain?

É uma combinação de tecnologias, que foi concebida para dar suporte ao funcionamento da criptomoeda bitcoin e acabou se tornando a plataforma tecnológica adotada por várias outras criptomoedas. Após a implantação das primeiras criptomoedas, especialistas observaram que propriedades intrínsecas ao blockchain - como segurança, resiliência, inviolabilidade e imutabilidade - poderiam ser usadas em outros tipos de aplicações. Assim, as plataformas de desenvolvimento blockchain evoluíram, permitindo a inserção de transações mais complexas.

Em linhas gerais, blockchain pode ser descrito como um sistema distribuído de base de dados, mantido e gerido de forma compartilhada e descentralizada (por meio de uma rede peer-to-peer). Todos os participantes são responsáveis por armazenar e manter essa base de dados. A tecnologia foi construída com base em quatro características de arquitetura principais: segurança das operações, descentralização de armazenamento/computação, integridade de dados e imutabilidade de transações.

E quais são os principais benefícios do blockchain em relação às tecnologias convencionais nessa área? Um deles é a economia de tempo: em sistemas de pagamentos globais, por exemplo, o processamento de transações com block-

chain pode levar apenas alguns minutos (em vez de dias, como ocorre em sistemas convencionais). Além disso, os recursos da tecnologia permitem reduzir custos operacionais, diminuir riscos e aumentar a confiança entre os parceiros de negócios.

As possibilidades de desenvolvimento de aplicações baseadas em blockchain para cidades são muito promissoras e já estão acontecendo. Países como a Estônia, a Geórgia, os Emirados Árabes Unidos, a Suécia, os EUA e o Reino Unido já assumiram a liderança em aplicações pioneiras de blockchain no governo e no setor público. Dubai, por exemplo, planeja que todos os serviços públicos sejam baseados em blockchain até 2020 (www.khalejitimes.com/nation/dubai/dubai-to-embrace-blockchain).

Entre os possíveis usos do blockchain no contexto das cidades inteligentes, destacam-se:

- Gestão de identidades de pessoas: criação de sistemas de identidade digital descentralizada baseados em blockchain, em que o cidadão passa a fazer gestão dos seus dados;
- Gestão de ativos: transferência de ativos de uma pessoa ou entidade para outra, utilizando tokens criptográficos;
- Automatização de pagamentos diretos: uma vez que uma condição previamente estabelecida (em contratos inteligentes) tenha sido atendida;
- Propriedades e registros: registros de imóveis e títulos de propriedade; registros corporati-



vos; registros de ativos de valor (como veículos, por exemplo);

- Verificação: emissão de licenças, provas de registros, transações, processos ou eventos. Permite verificar se determinado serviço foi provisionado atendendo a todas as condições especificadas - por exemplo, em termos de equipamentos e profissionais.

A partir da combinação dessas possibilidades de uso, é possível desenvolver aplicações para diferentes setores de uma cidade inteligente:

- Economia: criação de plataformas de economia comunitária baseadas no uso de tokens criptográficos para pagamentos de serviços da municipalidade;
- Saúde: digitalização dos registros de saúde e criação de um ecossistema seguro e flexível para a troca desses registros eletrônicos.



Essa tecnologia também pode ser utilizada na rastreabilidade de medicamentos, no desenvolvimento de plataforma segura para emissão de receitas de medicamentos, na criação de um ambiente mais transparente e seguro para controle de licenças médicas, etc;

- Educação: compartilhamento dos registros de alunos, professores, de certificados educacionais, etc. - que são ativos importantes no domínio da educação - entre as várias partes interessadas, com garantia de confiabilidade e origem comprovada;

- Registro de imóveis: o registro de propriedade armazenado em blockchain pode eliminar problemas associados a fraudes, ao criar um processo digitalizado para automatizar e validar tais registros, mitigando custo e o tempo gasto;

- Transportes: automação de

sistemas de pagamento baseados em tokens criptográficos, bem como controle e pagamento automático de serviços prestados pelas concessionárias;

- Serviços públicos inteligentes: digitalização dos serviços públicos utilizando metodologias baseadas em security-by-design e privacy-by-design, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

- Gestão de gastos de energia e programas de reciclagem: desenvolvimento de plataformas para compra e venda de energia no contexto da geração distribuída (painéis solares) e criação de plataformas de estímulo à participação em programas de reciclagem, com premiação baseada em tokens criptográficos;

- Segurança pública: serviços mais eficientes, com uma fonte unificada confiável com a qual cada agência interage de forma independente e com base em condições predefinidas. Estabelecimento de uma cadeia de custódia para provas cruciais, pré-requisito importante para que as evidências sejam aceitas;

- Pagamento de benefícios sociais: com blockchain, é possível criar uma infraestrutura de bem-estar segura e altamente eficiente, capaz de evitar fraudes e desvios de benefícios sociais. Os cidadãos podem receber esses benefícios por meio de um sistema que inclui um aplicativo móvel e um sistema blockchain para registro dos pagamentos aos beneficiários.

Uma das iniciativas internacionais conhecidas envolvendo o uso de blockchain em cidades inteligentes é a Smart Dubai, resultado de uma parceria estratégica com a IBM e a Consensys. Dubai emergiu como pioneira global no desen-

volvimento de aplicações blockchain, buscando uma redução drástica nos custos associados a processos burocráticos. A iniciativa prevê a implantação de várias aplicações baseadas em blockchain e está sendo implementada em três etapas: eficiência nas transações do governo; criação de indústria para novos negócios baseados em blockchain até 2020 e busca de liderança internacional em adoção de blockchain.

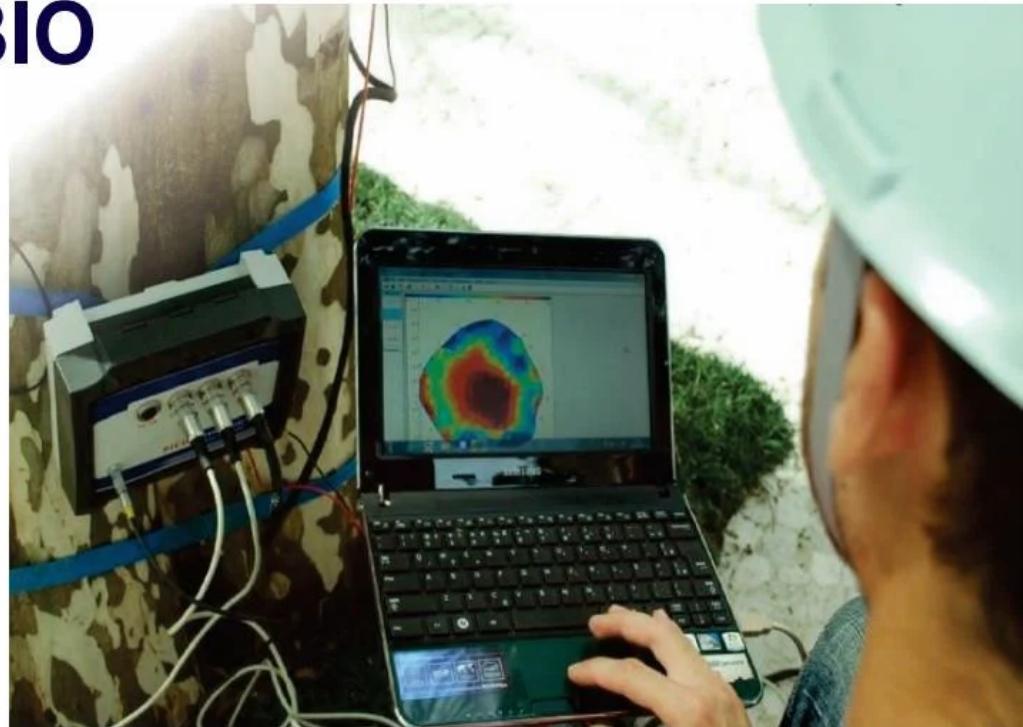
Na Índia, o programa Smart Cities Mission, lançado em 2015 com o objetivo de desenvolver cem cidades inteligentes, também traz várias oportunidades de uso de blockchain. Muitos dos requisitos de cidade inteligente definidos pelo governo indiano têm potencial para implementação em blockchain, para maior segurança, imutabilidade, resiliência e transparência.

No Brasil, um projeto de mobilidade urbana conduzido em Teresina (PI) está sendo pionero no uso de blockchain nessa área. O objetivo é melhorar o sistema de transporte público de Teresina, com mais segurança e transparência para usuários e fornecedores. A iniciativa, que recebeu um financiamento de 500 mil euros da Agência Francesa de Desenvolvimento, faz parte do projeto Agenda Teresina 2030, que tem o objetivo de construir uma cidade inteligente até 2030 (www.criptomoedasfacil.com/conheca-o-projeto-brasileiro-de-mobilidade-urbana-que-usa-blockchain/).

José Reynaldo Formigoni Filho é gerente de Tecnologia de Segurança da Informação e Comunicação do CPqD e coordenador das atividades blockchain.

Software para gestão da arborização urbana: ARBIO

A falta de planejamento é tida como um dos principais problemas para a arborização urbana, sendo agravada pela ausência de critérios técnicos e científicos para a tomada de decisão sobre o risco de queda das árvores. Nos municípios brasileiros, normalmente há uma carência de mão de obra especializada, falta de ferramentas e equipamentos para a realização de um diagnóstico completo das árvores, que incluiria a análise interna (não-destrutiva) do tronco e, portanto, a decisão do melhor manejo a ser feito. As informações sobre cada espécie de árvore, incluindo seus problemas estruturais, suscetibilidade aos agentes biológicos e longevidade não são armazenadas e analisadas de maneira adequada e, consequentemente, estes dados são perdidos. A coleta das informações das árvores no campo é outra etapa crítica, muita das vezes realizada em protocolos de papel e softwares básicos de coletas de dados, evidenciando a necessidade da implantação de processos automatizados, como aplicativos móveis,



para o envio das informações para um sistema centralizado, responsável pelo armazenamento de todas as árvores diagnosticadas no campo. Poucas cidades no Brasil possuem aplicativo para gestão informatizada da arborização urbana e, em sua maioria, os softwares disponíveis no mercado possuem apenas cadastros básicos, como informações das medidas das árvores, localização e identificação botânica, que não são suficientes para a tomada de decisão do risco ou das necessidades de manejo, como poda ou supressão, acarretando em decisões precipitadas, como o corte da árvore. Diante da necessidade e de todos os desafios que os municípios enfrentam para gerir a arborização, o IPT conseguiu unir todo o seu conhecimento e know-how em gestão da arborização urbana, e atendeu essa carência do mercado com o novo ARBIO.

O que é o ARBIO?

O ARBIO é uma Solução Tec-

nológica que comprehende a transferência do conhecimento por meio da capacitação dos técnicos, e de tecnologia de gestão da arborização com ênfase no diagnóstico e análise de risco de queda de árvores. Em linhas gerais, o ARBIO é uma ferramenta para os municípios gerirem a arborização urbana, principalmente as árvores localizadas nas calçadas, nas praças e parques. O ARBIO possui uma versão web, com armazenamento dos dados em nuvem, e uma versão móvel, totalmente off-line, que é destinada para o diagnóstico das árvores em campo. Para gerir os dados cadastrados no ARBIO, uma ferramenta de visualização de painéis de indicadores (dashboard), pode auxiliar os gestores na fácil leitura dos dados quantitativos, com o intuito de alcançarem objetivos e metas traçadas pelos municípios, facilitando a compreensão das informações geradas, em tempo real.



Benefícios do ARBIO para os municípios

Com a praticidade e confiabilidade do ARBIO, o gestor poderá realizar o Plano Municipal de Arborização Urbana e atender as demandas do Programa Município VerdeAzul, relacionadas a diretiva de arborização urbana; programar a verba necessária para realização das podas de árvores; atender prontamente as demandas do Ministério Público e municípios; predizer o risco de queda de árvores evitando acidentes, entre tantas outras vantagens que facilitam a gestão das árvores na cidades e garantam a melhoria da qualidade de vida para a população.

Módulos do ARBIO:

Atualmente o ARBIO conta com 4 módulos, com possibilidade de inserção de outros:

INVENTÁRIO (Cadastramento de árvores)



O módulo de inventário é o mais completo para a realização do diagnóstico e da análise de risco de queda de árvores. Realiza-se o cadastro das árvores com informações sobre a sua localização; identificação botânica; condições de entorno (presença de fiação aérea, por exemplo); geometria da árvore; ocorrência de cupins e fungos (fitossanidade); estado geral da raiz, tronco e copa; defeitos estruturais

e aspectos de biomecânica; ação antrópica; análise interna do tronco; análise de risco de queda; registro de fotos; e recomendações de manejo para árvore e para a muda.

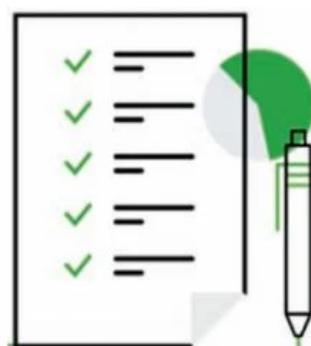
Um dos grandes diferenciais do ARBIO é a análise de risco de queda da árvore, que contém o modelo probabilístico e dinâmico, exclusivo do ARBIO, e elaborado pelo IPT. Esse modelo simula a árvore em 12 diferentes velocidades de vento, indicando a probabilidade de ruptura no colo (transição raiz-tronco).

PLANEJAMENTO



O módulo de planejamento permite identificar novas oportunidades de plantio em seu município, a partir de parâmetros predefinidos, tais como distanciamento da árvore para os elementos urbanos, como caixa de inspeção, poste e placa de sinalização. Com os parâmetros definidos, pode-se indicar o plantio de uma árvore de pequeno, médio ou grande porte e, de acordo com a escolha, o ARBIO apresenta uma lista de espécie de árvores para o plantio. O município também pode cadastrar no banco de espécies do ARBIO as árvores disponíveis em seu viveiro local, para facilitar a indicação de espécies a serem plantadas. Quando a muda for plantada, essa planta fará parte do banco de dados, possibilitando a integração de todo o plantel de árvores existentes.

REGISTRO DE QUEDA



Este módulo permite a coleta de informações das possíveis causas da queda de uma árvore, como dados da sua geometria, ocorrência de cupins e fungos, tipo de queda, informações do tempo (vento e chuva), no momento da queda. Esses dados históricos são muito importantes para caracterizar o “desempenho” das espécies arbóreas no município e gerar dados importantes para gestão das árvores.

MAPAS



O módulo de mapas permite visualizar as árvores plotadas a partir do cadastro georreferenciado. O mapa pode ser visualizado em modo plano ou satélite, similar ao Google Maps. Com este módulo é possível realizar filtros a partir dos atributos selecionados e visualizar a sua localização, como as árvores com necessidade de poda, nível de prioridade de manejo e árvores mortas.

Contato: arbio@ipt.br

Senadora Mara Gabrilli

Foi eleita com cerca de 6 milhões de votos, por São Paulo. A psicóloga e publicitária é deputada federal no momento, realizando grandes trabalhos. Sucessos, Senadora Mara, nessa importante missão representando os paulistas.

CBTIMAM

A participação feminina no Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação e Meio Ambiente (CBTIMAM) foi importante. A prefeita Daniela Santos Brito, de Monteiro Lobato, teve participação destacada na organização do conteúdo do CBTIMAM com o presidente da APM Carlos Cruz. Tive a alegria de fazer a apresentação dos palestrantes no primeiro dia.

Santo Expedito

Lilian Florentino, da Prefeitura de Santo Expedito, presente ao CBTIMAM, informou-nos sobre a implantação de Santuário Santo Expedito e a realização, neste mês de dezembro, da 10ª Festa do Milho no município.

Neurociência

Cris Calligaris, master coach e coordenadora da ADVB Mulher, fez a palestra, “Neurociência: Coisa da Minha Cabeça”, em 5 de dezembro, no Auditório Employer, em São Paulo.

Prefeita Tamiko Inoue

Muito atuante a prefeita de Andradina. Firmou convênio com a Universidade Brasil para a viabilização do curso de direito na cidade e com a Universidade Virtual do Estado (UNIVESP), fez termo de parceria com o CREA-SP para cessão de uso das instalações de imóvel desse Conselho à Prefeitura, realizou a Vira-dia Cultural Paulista, recebeu veículos para a saúde e tratou da reforma de escolas, entre tantas atividades.

8º Fórum Mulheres

Em Destaque: sucesso total! A APM deu apoio a esse evento realizado em 28 e 29 de novembro, no Vila Blue Tree em São Paulo, muito bem organizado pela CKZ Agência, Cristina Kerr à frente.

Rondônia

Sueli Magalhães e demais técnicos vieram de Rondônia para participar do CBTIMAM.

MCCE

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral realizou em 1º de dezembro, o XI Encontro Estadual, tratando de “Voto não tem preço, tem consequências”. Com a participação da competente Lucrécia Anchieschi.

Medalha Ruth Cardoso

Como parte das comemorações dos 16 dias de ativismo, em 22 de novembro, na Alesp, foram agraciadas com a Medalha: Érika Véras, Fabíola Mattozinho, Milena Suegama e Tânia Gonçalves. Evento organizado pela Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, Mariazinha Helmeister e conselheiras.

CNTU

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários Regulamentados entregou no dia 30 de novembro, o Prêmio Personalidade Profissional, tendo entre os agraciados, a Dra. Liedi Bernucci, a primeira mulher na direção da Escola Politécnica da USP. A farmacêutica Sílvia Storpirtis, a nutricionista Glauce Gravena e a economista Ceci Jucá foram as outras homenageadas.

Vereadora Bete do Broa

A vereadora de Itirapina assumiu como Conselheira Deliberativa da Associação dos Municípios de Interesse Turístico. É presença constante nos Congressos da APM.

Por
Marilene
Mariottini



Médicas

As Doutoras Marilene Melo, Francy Patrício e Elisa Garcez, diretoras da Associação Brasileira de Mulheres Médicas, informaram sobre a aprovação da lei estadual 16.767/18 que obriga a que as Faculdades de Medicina ensinem aos alunos que há doenças que se apresentam de forma diferente em mulheres e em homens, o que pode melhorar o atendimento aos pacientes.

Prêmio Carlota Queiróz

Foi entregue pelo Ministério dos Direitos Humanos, na Câmara Federal, em cerimônia conduzida pela deputada Ana Perugini, como ação pelos 16 dias de ativismo, a várias mulheres, entre as quais, in memoriam, à primeira prefeita do Brasil e da América Latina, Alzira Soriano (Lajes-RN) e à juíza Ana Cristina Blasi, TRE-SC, responsável pela campanha “Mulheres na política, elas podem, o Brasil precisa.”

APM 70 anos

Completados em 30 de outubro. Parabéns a todos os Diretores e Conselheiros e ex-Diretores e Conselheiros, e aos funcionários de hoje e de outrora. Todos construíram e construem a entidade que tão bem representa o municipalismo. Parabéns, presidente Carlos Cruz!

Natal

Desejo a todos um Natal de muita paz, saúde e alegrias e um ano novo de realizações em defesa do municipalismo. Obrigada pela colaboração e que Deus nos proteja e abençoe!

Marilene Mariottini é 4ª Vice Presidente da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemarioton@uol.com.br



Natal, democracia e paz

A proximidade do Natal nos traz um sentimento bom de que o renascimento é possível, de que ainda somos capazes de nos comovermos com o fato incrível do que aconteceu há milênios. E se renova todos os anos na maioria dos países cristãos, em todo mundo: o nascimento do menino Jesus.

As ruas, lojas, residências enfeitadas, o som do sino do Papai Noel tudo contribui para o despertar desse sentimento.

E essa emoção é o prenúncio de um novo ano que provoca sempre novas esperanças, novas crenças que ele será melhor. E para nós brasileiros, que vivemos um momento especial, nossa fé em 2019 é imensa, com a expectativa de novos tempos.

Se democracia é o governo do povo, é um “sistema político cujas ações atendem aos interesses populares”, pedimos a Deus que os eleitos para esse sistema, se somem aos reeleitos que realmente sempre pensaram no bem comum – pois não foram todos – para que realmente o povo tenha seus interesses atendidos, pelo menos suas necessidades básicas: teto, alimento e na maioria das sociedades, vestuário. E certamente quando todos tiverem também acesso à educação, aos serviços de saúde, transporte, lazer que é um direito constitucional e um ambiente sadio para viver, haverá paz.

Entendemos que para que tudo isso não seja utopia, será preciso mudanças éticas no sistema político sim, mas também na família, na escola, no mundo empresarial, econômico e em todos os grupos que movimentam a sociedade e refletem a vivência do cidadão.

Mas acreditamos que uma mudança radical deve acontecer também e principalmente em alguns



órgãos de comunicação. Somos sim - e lutamos muito por isso-, a favor da imprensa livre.

Mas lutamos por uma imprensa que comunique sim a realidade dos fatos; mas não somente os fatos ruins. Nesses 8 milhões e 500 mil km quadrados desse país continental, acontecem fatos extraordinários, de avanço na tecnologia, nos serviços, na pecuária, na agricultura, na produção, na solidariedade e no heroísmo próprio do brasileiro.

Com respeito as emissoras de televisão, rádio e a imprensa que com sentido ético relata os fatos com isenção de interesses, o nosso apelo para os que não agem assim, que ajudem o brasileiro a ter menos tensão ao ouvir ou ler notícias, relatando a realidade sim, mas também buscando o que temos – e temos muito – de bom em nosso país.

Não sou alienada ao que acontece em nosso país, principalmente porque tenho a oportunidade de participar do movimento municipalista que tem como foco os municípios. Mas

meu conhecimento dos problemas sociais – e estou sempre atenta para isso -, começa em casa com as pessoas que me ajudam, no escritório, na vizinhança, nos grupos que frequento. Então procuro, através da minha profissão e da minha condição de cidadã de ajudá-los ou procurar quem possa fazê-lo. Procuro não ficar apenas na avaliação, na crítica.

E nesse universo quantos fatos e acontecimentos incríveis de verdadeiros exemplos de desprendimento, de empreendedorismo, de criatividade e de sabedoria de vida. Famílias criando filhos, preparando cidadãos, dentro de suas limitações sem maldizê-las.

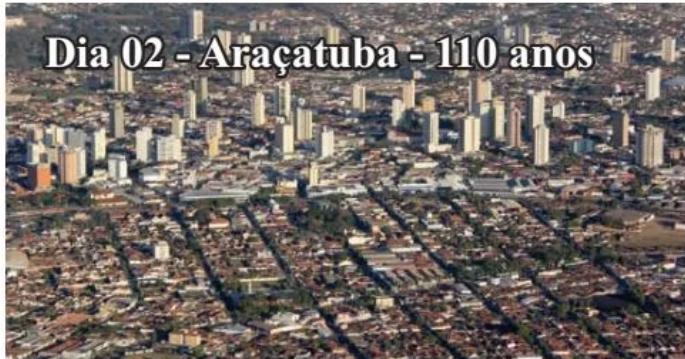
Pessoas felizes que também merecem destaque.

Dalva Christofoletti Paes da Silva é do departamento de Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios e Presidente do CEAME- Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas e Fundadora e Coordenadora do Movimento de Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios.

Municípios aniversariantes



Dezembro



Dia 02 - Araçatuba - 110 anos

O surgimento da cidade se dá no início do século XX pela expansão do café, o aumento das estradas de ferro e da política de interiorização em direção à América do Sul. Com a baixa do produto começa a criação de gado de corte, e torna-se conhecida na década de 1960, como a Capital do Boi Gordo pela maior produção pecuária do país. Na década seguinte inicia o cultivo de cana-de-açúcar que vem crescendo com o Proálcool. Araçatuba apresenta o maior potencial para desenvolvimento da região pela presença do Gasoduto Brasil-Bolívia, Hidrovia Tietê-Paraná, duplicação da Marechal Rondon, aeroporto e a Ferrovia Novo Oeste. Araçatuba tem 196 mil habitantes.

Dia 02 - Avaí

Dia 02 - Presidente Alves

Dia 03 - Iguape

Dia 04 - Chavantes

Dia 04 - Conchas

Dia 04 - Santa Bárbara D' Oeste

Dia 05 - Sertãozinho

Dia 05 - Taubaté

Dia 07 - Mongaguá

Dia 08 - Birigui

Dia 08 - Dracena

Dia 08 - Guararapes

Dia 08 - Guarulhos

Dia 08 - Jandira

Dia 08 - Mariápolis

Dia 08 - Mauá



Dia 08 - Caconde - 243 anos

Caconde é uma cidade com um alto potencial turístico devido a construção da usina, o que causou modificação na paisagem, o represamento das águas pela barragem, cuja extensão chega a 450 metros proporcionou a formação de um lago artificial com 31 km². A exploração do Turismo Rural também é possível, porque a região possui fazendas centenárias, dada sua fundação em 1775. Caconde é um dos 12 municípios paulistas considerado estância climática e tem direito ao repasse de uma verba maior por parte do Estado para a promoção do turismo regional. Caconde tem 19 mil habitantes.



Dia 08 - Diadema - 58 anos

Até os anos 1950, a cidade pouco sentiu os efeitos das transformações produzidas pela industrialização da cidade de São Paulo. Porém, a ferrovia entra em declínio e o governo passa a optar pelos circuitos rodoviários para o escoamento da produção. Inaugurada em 1927, a Via Anchieta representa a nova fase da industrialização paulista. Com o desenvolvimento, a emancipação foi liderada pela Vila Conceição e tornou-se oficialmente município em 1960. Diadema tem 421 mil habitantes.



Dia 08 - Mendonça - 56 anos

Em 1928 a cidade foi fundada pelo fazendeiro Dr. Jacinto de Souza. A comunidade católica fincou, na praça central, um cruzeiro fabricado com madeira de lei. No local foi enterrada uma garrafa com o histórico e nomes das famílias, chamada de pedra fundamental. Por volta de 1939, em devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a comunidade construiu uma capela existente até os nossos dias. Como a capelinha não comportava mais os fiéis começou a mobilização para a construção da Igreja Matriz. Em janeiro de 1960, é elevado a Município. Mendonça tem 6 mil habitantes.



Dia 13 - Ourinhos - 100 anos

A origem do nome da cidade de Ourinhos, pode ser pelo devido ao riacho que vai dar no Ribeirão Fartura, afluente do Rio Paranapanema. O início do povoado se dá no final do século XIX. Em 1926, o rio foi represado para servir de piscina pública, hoje está canalizado na parte central da cidade. Outra possibilidade foi homenagear Antonio José da Costa Junior, cuja fazenda chama-se Ourinhos, as terras atravessavam o Paranapanema e chegavam até o Água do Jacu, atual bairro rural. A presença dos trilhos da Sorocabana oficializaram a Ourinhos Paulista. Ourinhos tem 113 mil habitantes.

Dia 08 - Nova Castilho

Dia 08 - Palmares Paulista

Dia 08 - Parapuã

Dia 08 - Votorantim

Dia 09 - Indaiatuba

Dia 11 - Duartina

Dia 12 - Ibirá

Dia 13 - Guaiçara

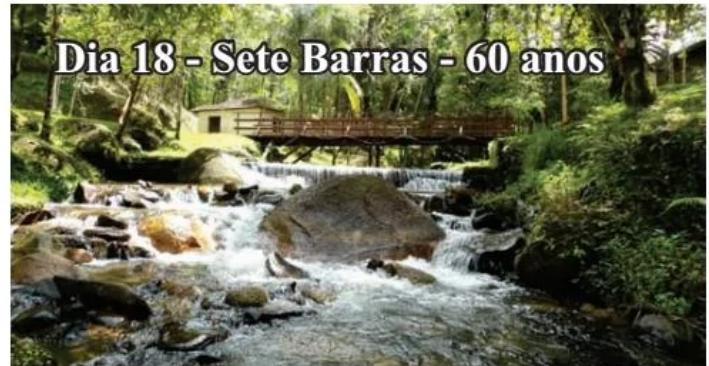
Dia 13 - Palmeira D'oeste

Dia 14 - Caieiras

Dia 14 - Jundiaí

Dia 15 - Bragança Paulista

Dia 17 - Aparecida



Dia 18 - Sete Barras - 60 anos

O nome Sete Barras vem de uma lenda indígena, que fala de um explorador espanhol ter enterrado sete barras de ouro às margens do rio Ribeira de Iguape, e que nunca mais foi encontrado. Se é lenda ou não, o fato é que atualmente, a cidade possui o certificado estadual MIT (Município de Interesse Turístico) que possibilita novos negócios no setor do turismo. A agricultura continua sendo a principal atividade econômica e fonte de renda com as culturas mais presentes nas lavouras da banana e do palmito pupunha. Sete Barras tem 13 mil habitantes.

Dia 19 - Maracai - 93 anos



O povoado foi fundado em 1905 por José Gonçalves de Mendonça e Joaquim Gonçalves de Oliveira que desceram o rio Capivara e se estabeleceram na confluência com o rio Cervo. Novos moradores chegaram e se espalharam pelas terras da região. A origem do nome em Tupi-Guarani é rio dos chocalhos ou rio das maracas. Embora existam outras versões, esta é a mais provável porque havia muitas pedras no leito do rio Capivara, e ao sofrer o impacto das águas produzia o som similar. Macaraí tem 14 mil habitantes.

Dia 19 - Santa Lúcia

Dia 23 - Lagoinha

Dia 24 - Cabrália Paulista

Dia 24 - Rifaina

Dia 27 - Espírito Santo do Pinhal



Dia 27 - Fernão - 19 anos

Durante anos a Fazenda Santana, localizada às margens de um ribeirão, era a última referência no mapa do Estado. Assim, a ferrovia foi para perto de suas terras e o local tornou-se um ponto de passagem obrigatório para viajantes que se dirigiam à região da Alta Sorocabana, vindos pela Estrada de Ferro Noroeste. Em 1944, passou a se chamar apenas Fernão e foi elevado à categoria de município em 1995. Fernão tem cerca de 1.800 habitantes.



Dia 27 - Tapiratiba- 89 anos

Segundo moradores, na segunda metade do século XIX, chegaram à região as famílias de Domiciano José de Souza e Vigilato José Dias, procedentes de Caconde. Os agricultores iniciaram a plantação de café em suas Fazendas: Soledade e Bica de Pedra. Em 1897, o genro de Domiciano, Thomas José Dias, e a filha, Carolina de Almeida e Silva doaram 20 alqueires de terras para a construção da capela Nossa Senhora Aparecida. Na Fazenda Bica de pedra, ainda na época de Vigilato, foram feitas outras construções como engenhos de serra e casas de colonos. Somente em 1929, o município foi instalado. Tapiratiba tem 13 mil habitantes.

Dia 27 - Gavião Peixoto

Dia 27 - Ouroeste

Dia 27 - Salto Grande

Dia 27 - Trabiju

Dia 29 - Avanhandava

Dia 30 - Barrinha

Dia 30 - Brejo Alegre

Dia 30 - Caiabu

Dia 30 - Charqueada

Dia 30 - Florínea

Dia 30 - Glicério



Dia 30 - Divinolândia - 65 anos

Em 1850, às margens do rio do Peixe, afluente do rio Pardo, construiu-se um rancho para pernoite de tropeiros. Após um incêndio, o novo abrigo ficou conhecido por Pouso do Sapecado. Em 1865, o povoado Divino Espírito Santo do Rio do Peixe pertencia ao Distrito de Caconde e, em 1898, foi incorporado ao município da Comarca de São José do Rio Pardo. A denominação do Distrito foi alterada para Sapecado em 1938. Ao tornar-se município, em 1953, recebe o nome atual. Divinolândia tem cerca de 11.500 mil habitantes.



Dia 30 - Platina - 93 anos

O povoado surgiu no século XIX e chamava-se Saltinho do Paranapanema. A evolução na região sudoeste do estado se deu rapidamente com o êxodo de colonizadores que penetravam os sertões em busca de novas terras. A influência do Coronel possibilitou a abertura da Estrada Boiadeira, que seguia até as barrancas do rio Paraná, tinha facilidade de comunicação com outras regiões e centralizava o comércio. Em 1915, foi elevado à categoria de município com a denominação de Platina e definitivamente instalado em 1955. Platina tem cerca de 3.600 habitantes.

Dia 30 - Icem

Dia 30 - Igaratá

Dia 30 - Ipiguá

Dia 30 - Lupércio

Dia 30 - Nova Europa

Dia 30 - Riversul

Dia 30 - Vargem

Dia 31 - Altair

Dia 31 - Santa Cruz da Esperança

Janeiro

Dia 06 – Dirce Reis
Dia 06 – Morro Agudo
Dia 09 – Borebi
Dia 09 - Iaras
Dia 12 - Iporanga
Dia 14 - Miguelópolis



Dia 19 - Praia Grande - 52 anos



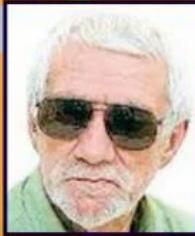
Desde o início do século XX, passou pela região viajantes e boiadeiros que seguiam rumo ao Porto de Taboado, no rio Paraná. O apogeu é relacionado às décadas de 1950/1960 e até a metade dos anos 1970 devido a grande produção de café e por ter atingido maior número de moradores no período. Em alta, a cidade recebeu o título de Rainha do Café na região. O nome Estrela d'Oeste foi escolhido em homenagem ao Presidente da República Dr. Getúlio Vargas, em 23 de janeiro de 1942, e como estava próximo de 25 de janeiro, dia do aniversário de São Paulo, resolveu-se comemorar o da cidade junto com a celebração de São Paulo. Estrela D'Oeste tem 8.500 habitantes.

Logo após o descobrimento do Brasil, a atual área da Praia Grande pertencia à capitania de São Vicente, que foi entregue para ser administrada ao nobre português Martim Afonso de Souza. Envolvido com outras expedições quem tomava conta da região era sua esposa, Ana Pimentel. Na vila se instalou os primeiros colonizadores vindos de Portugal, que investiram em engenhos para produção de açúcar. Na segunda metade do século XX, a população de Praia Grande iniciou o movimento de emancipação, que ocorreu em 1967, após resistência de São Vicente porque significou perder 24 quilômetros de praias. Praia Grande tem 320 mil habitantes.

Dia 20 - Braúna
Dia 20 - Cardoso
Dia 20 - Itaju
Dia 20 - Motuca
Dia 20 - Parisi
Dia 20 - Piraju
Dia 20 - Sabino
Dia 20 - Santa Cruz do Rio Pardo
Dia 22 - São Vicente
Dia 25 - Buri
Dia 25 - Vera Cruz
Dia 26 – Santos
Dia 30 – Guarujá
Dia 31 - Barbosa



Surgiu como missão jesuítica para catequização de indígenas em 1554. Tornou-se entreposto comercial de produtos rumo ao Rio de Janeiro até a ferrovia ligar a cidade ao porto de Santos. O primeiro curso superior, Faculdade de Direito do Largo São Francisco, foi criado em 1827. Ganha impulso com a produção do café e implanta abastecimento de água, esgoto, bonde de tração animal, iluminação a gás e construções de alvenaria. Boom demográfico de estrangeiros com o café no final do século XIX, e de nordestinos com a industrialização, a partir de 1950. Criação do MASP, museu de arte fundado em 1947, em 1954 a Catedral da Sé e o Parque do Ibirapuera. São Paulo tem cerca de 12,2 milhões de habitantes.



A paranoia e o Natal

Isso aconteceu faz tempo, quando eu ainda morava em São Paulo, mas, como chegamos novamente aos dias de Natal, vale a pena contar. É que eu tinha um amigo, colega de redação, que vivia me dizendo ter medo de ladrões, pavor de ser, de uma hora para outra, assaltado; na rua ou na própria casa. Assim foi que, naquela tarde, no barzinho que frequentávamos após a lida no jornal, ele me disse que ia mudar para um apartamento.

O medo talvez seja a impotência diante da coragem, e o colega começou a experimentar isso exatamente na tal casinha que estava prestes a deixar. O detonador foi um episódio ocorrido na quadra de baixo do bairro quando os moradores de pequeno sobrado viajaram para veranear em Santos. É que, no regresso, quando abriram a porta, recuaram, apavorados, ao verificar que a sala logo à entrada estava toda revirada. Na verdade os meliantes levaram tudo.

Sim, mas eu falava que o pavor do meu amigo começou no justo instante em que soube do assalto ao sobrado. Então, o que fez? Reforçou as grades de suas janelas. Contudo, mesmo assim, experimentou a tal impotência diante da coragem.

Agora, na continuação, veio o medo de se aventurar pelas ruas, em certas horas. O que o levou a recusar vários convites para ir a lugares que considerava ermos. Ainda num dos nossos encontros diáários, recordou, com nostalgia na voz, os tempos em que ia tomar chopes num barzinho da praça do bairro e depois, a pé, atravessava vários quarteirões desertos até chegar em casa.

Mas o mais desfrutável aconteceu naquele fim de semana em que o nosso paranóico revolveu vir a uma festinha num prédio perto da minha casa. E eu certamente jamais saberia de nada, não fosse o fato do telefone ter tocado no melhor do meu sono, às três da madruga.

— Será que posso dormir aí? — Nossa personagem pergunta, após se identificar, como se eu não reconhecesse a voz.

— Vou destrancar a porta — eu disse — você entra, sabe onde é o outro quarto e, de manhã, a gente conversa.

No domingo acordei normalmente e, indo à copa/cozinha, tomei um baita susto ao dar de cara com uma tremenda loura junto ao fogão.

— Ôi! — Ela me olha.

— Ôi! — Olho eu pra ela.

Logo o meu amigo surge, sorridente, enrolado numa toalha. E, imediatamente, crava o indicador no meu peito:

— Mas o que há, meu, o que é que está acontecendo?

— Comigo nada — respondeu, olhando para a moça — por que?

— Por que? Simplesmente porque abrimos sua geladeira e vimos que, mesmo o Natal sendo depois da manhã, não há nem um reles franguinho para a sua ceia.

— Ora — sorri — não vou fazer ceia nenhuma, sou um cara sozinho.

— Não seja por isso — a louraça se adianta — eu venho fazer sua ceia.

— Você? — Aponto.

— Claro — o colega se adianta — a Sônia é uma cozinheira de mão cheia.

— OK... — dei um suspiro.

E assim foi que, naquele Natal, por causa da paranoia do amigo, curti uma das melhores ceias de Natal de toda minha vida. A mocinha, além de ser craque com as panelas, ainda me deu um presente. E quanto a ela e meu colega, já devem ter passado juntos dezenas de Natais. Pois casaram e, até onde sei, caminham pela vida na base do felizes para sempre, com os três filhos.



A Fundação Ivete Vargas e sua Universidade Corporativa (UNCORFIV) celebram mais um ano juntas, e com grandes conquistas.

A busca pela promoção da educação, formação profissional, e informação ao cidadão, como meios de responsabilidade social, e instrumentos para o pleno exercício da cidadania, missão defendida por ambas instituições, têm alcançado diversas pessoas, através dos conteúdos publicados.

O trabalho conjunto realizado, por meio das mídias sociais, e dos portais institucionais, que oferecem cursos de formação pessoal e profissional, com certificação digital gratuita, através da Universidade Corporativa da Fundação Ivete Vargas (UNCORFIV), já alcançou mais de 7.000 pessoas, só em 2018.

Neste ano, tivemos o privilégio de trazer, com excelência, a cobertura jornalística do novo cenário político, com a transição para o atual governo, do presidente eleito, Jair Bolsonaro, por meio do nosso portal FIV NEWS. Além da divulgação de matérias de diversos assuntos ligados à linha editorial vigente. Nesse sentido, pudemos perceber o reconhecimento do nosso trabalho conjunto, no decorrer do ano, enquanto instituições comprometidas com o desenvolvimento social do nosso país.

O constante empenho em melhorar os serviços, tendo por base, alcançar a excelência na educação, como condição imprescindível, para o justo desenvolvimento social e formação cidadã, continuarão a ser nossa visão para o próximo ano.

É com este sentimento de gratidão, e esperança de dias melhores, e de constante crescimento, que a Fundação Ivete Vargas e a UNCORFIV desejam a todos, um feliz natal e um ano novo próspero!

Feliz Natal e Boas Festas!!!





O BRASIL ESTÁ CUIDANDO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEM DESCUIDAR DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, GARANTINDO UM FUTURO MELHOR PARA TODOS.

► O governo ampliou a oferta de crédito para os produtores rurais. E o aumento na produção ajudou a puxar os preços dos alimentos para baixo.



LEU

*por produzir
e preservar!*

"Preservar biomas é muito importante. Isso é uma riqueza do Brasil e quanto mais área protegida, melhor."

Cicera Vanessa Feitosa Moraes
Bióloga

- ▶ Nunca nossa agricultura produziu tanto. Nos dois últimos anos, foram duas safras com recordes na produção de grãos.
- ▶ O Brasil ratificou o Acordo de Paris e, em dois anos, o total das áreas de preservação do país dobrou.
- ▶ O Ministério do Meio Ambiente passou a fazer parte do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, para avaliação preliminar das questões ambientais de grandes obras de infraestrutura.

Para saber mais, acesse: brasil.gov.br/valeubrasil





Ricardo Schmidt

DE 14 A 17 DE MAIO DE 2019, EM CAMPOS DO JORDÃO / SP

63º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

INVESTIMENTO+EMPREENDIMENTO =
RECEITA+RENDA

INFORMAÇÕES:

www.apaulista.org.br - apaulista@apaulista.org.br
Fone: (11) 2165.9999

REALIZAÇÃO

